



Saberes Quilombolas

O PROTAGONISMO
DAS MULHERES QUILOMBOLAS
NA PRODUÇÃO
DE CONHECIMENTOS

Série
Diálogos
Internos
em Geledés

SABERES QUILOMBOLAS

O protagonismo das mulheres quilombolas
na produção de conhecimentos

Série Diálogos Internos em Geledés



GELEDÉS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Rua Santa Isabel, 137 – 4º andar – CEP: 01221-010
Vila Buarque, São Paulo/SP
www.geledes.org.

Ficha Técnica

Pesquisa e Redação

Iradj Eghrari

Projeto gráfico e diagramação

Antonio Carlos "KK" dos Santos Filho

Revisão

Smirna Cavalheiro e Layne Gabriele da Silva

Capa

Antonio Carlos "KK" dos Santos Filho

Realização

Geledés-Centro de Documentação e Memória Institucional
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha Catalográfica

F736f

Saberes Quilombolas: o protagonismo das mulheres quilombolas na produção de conhecimentos / organização Iradj Eghrari - São Paulo: Oralituras, 2025.

39 p. : il. (Série Diálogos Internos em Geledés, 7)

ISBN: 978-85-62750-16-8

1. Mulheres quilombolas. 2. Feminismo negro. 3. Luta antirracista. 4. Ancestralidade. I. Geledés Instituto da Mulher Negra. II. Título.

CDD 320.98

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciência política: Governo e política da América do Sul 320.98
Lucineia Pereira Ribeiro – Bibliotecária – CRB-8/10400

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

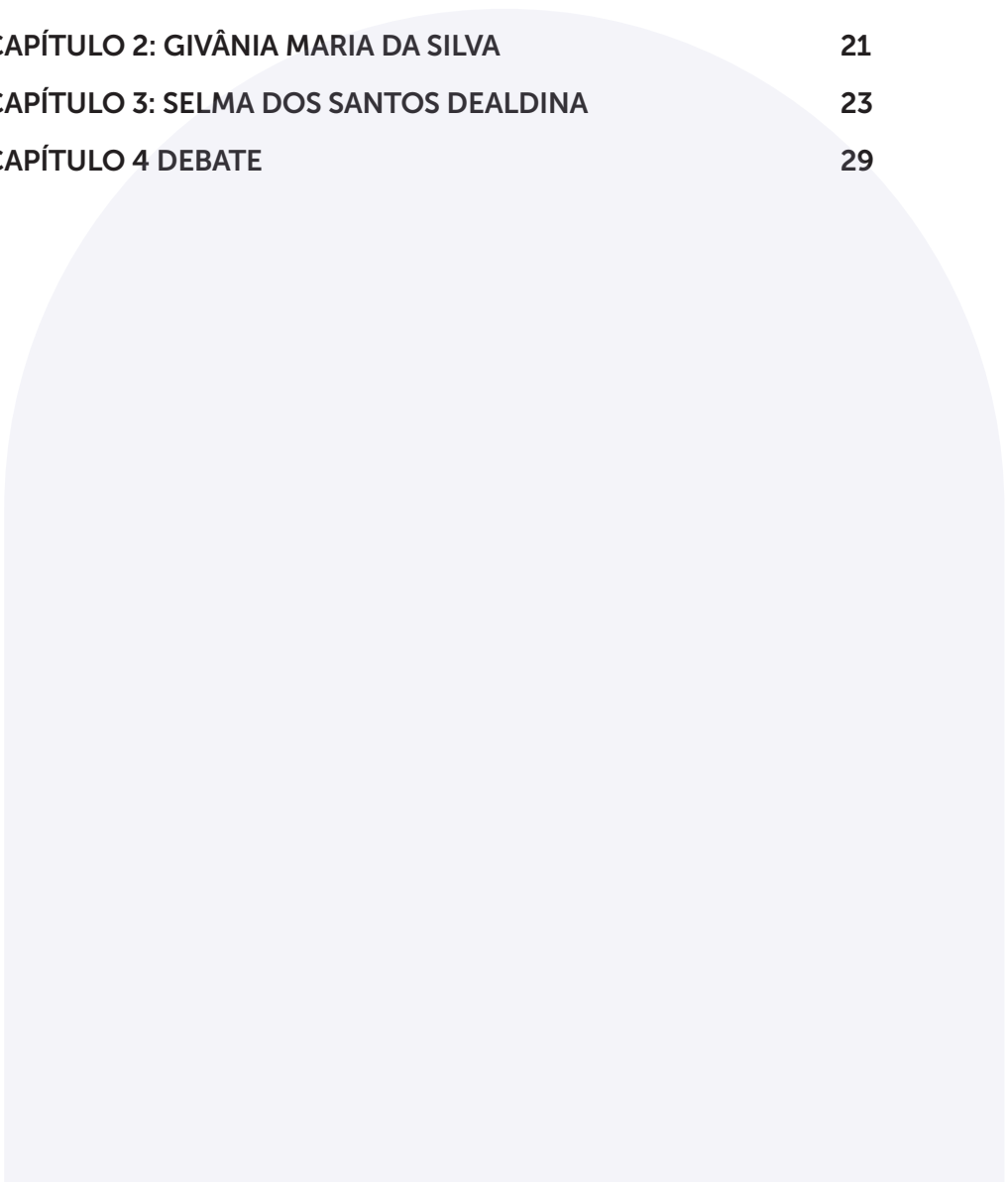
**São Paulo
2025**

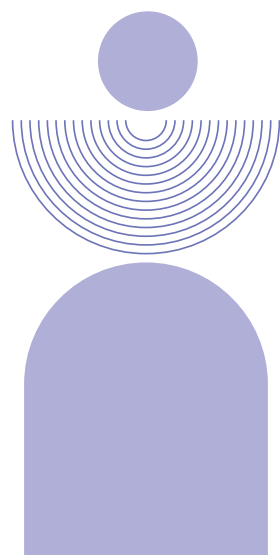
Todos os direitos reservados a Geledés - Instituto da Mulher Negra
A ortografia dos textos anteriores à Reforma Ortográfica de 2009 foi mantida.

Sumário



INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: MARILÉA DE ALMEIDA	15
CAPÍTULO 2: GIVÂNIA MARIA DA SILVA	21
CAPÍTULO 3: SELMA DOS SANTOS DEALDINA	23
CAPÍTULO 4 DEBATE	29





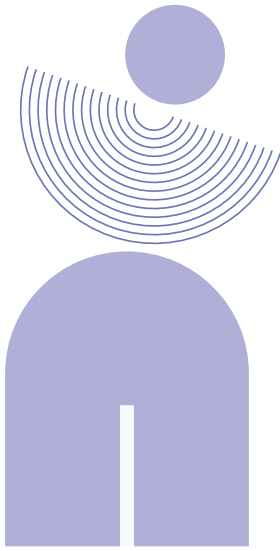
Introdução



Em 18 de julho de 2022, o Centro de Documentação e Memória Institucional de Geledés realizou, em seu auditório, um encontro muito significativo sobre as contribuições políticas e epistemológicas das mulheres quilombolas para a luta antirracista. Esse evento foi organizado como continuidade dos Diálogos em Geledés e teve como objetivo central discutir o papel histórico e social das mulheres negras na luta antirracista, bem como refletir sobre a maneira como as pesquisas acadêmicas podem ser úteis para as práticas dos movimentos sociais.

O encontro contou com a presença de três convidadas ilustres: Mariléa de Almeida, Givânia Maria da Silva e Selma Dealdina, que fizeram suas apresentações focando em três temas relevantes para o debate: a visibilidade histórica do protagonismo das mulheres quilombolas; as mulheres quilombolas e o feminismo negro; e o território e a ancestralidade nas práticas das mulheres de quilombo.

Durante o encontro, a audiência, que participou tanto presencialmente quanto a distância, teve a oportunidade de trocar experiências, discutir conceitos e refletir sobre a importância da luta antirracista e a centralidade da contribuição das mulheres quilombolas para esse processo.



Mariléa de Almeida

A primeira convidada a fazer uso da palavra foi Mariléa de Almeida, que obteve, em 2018, o título de doutora em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (IFCH/UNICAMP). Em 2015, realizou o doutorado-sanduiche na Columbia University (Nova York), com foco nos feminismos negros estadunidenses. Em 2021, sua tese *“Territórios de Afetos: práticas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro”* recebeu menção honrosa no II Prêmio de Teses Eclea Bosi, promovido pela Associação Brasileira de História Oral.

No campo da pesquisa, Mariléa tem experiência em empresas privadas e organizações do terceiro setor, realizando consultorias no campo da educação antirracista e das relações de gênero. Seus principais temas de pesquisa são: comunidades quilombolas, mulheres quilombolas e educação antirracista. Por meio de uma abordagem feminista negra, suas pesquisas dialogam com as epistemologias feministas, história e subjetividade, história e filosofia da diferença, história e psicanálise.

Sua pesquisa de doutorado, *“Territórios de Afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro”*, focaliza práticas de quilombolas do Rio de Janeiro que, ao transmitirem saberes, fortalecem os laços entre as pessoas e os territórios onde vivem. Essas ações, compreendidas como “territórios de afetos”, ampliam espaços de subjetivação por meio dos deslocamentos de sentimentos provocados pelos dispositivos racistas, sexistas e classistas que incidem sobre seus corpos e territórios.

A perspectiva que Mariléa nos traz é que a presença e o protagonismo das mulheres nas comunidades quilombolas são notáveis e inspiradoras. Além de desempenharem papéis importantes em suas famílias e comunidades, elas também estão assumindo posições de liderança em organizações e associações locais. Mariléa sente que é encorajador ver mulheres ocupando cargos de direção e gestão, o que indica uma mudança no cenário político e social dessas comunidades.

Ao conduzir suas pesquisas sobre as comunidades quilombolas, Mariléa considera fundamental reconhecer a importância das mulheres nesse contexto. A memória das comunidades quilombolas é, muitas vezes, narrada a partir da perspectiva das mulheres, que têm um papel central na transmissão da história e da cultura dessas comunidades. É preciso inclui-las como protagonistas na organização do movimento, reconhecendo sua contribuição para a construção e manutenção da identidade quilombola.

Ao entrevistar mulheres quilombolas, ficou evidente para Mariléa a presença do feminino e das mulheres na mobilização das comunidades. De fato, é possível notar que a identidade quilombola é fortemente associada a símbolos femininos. Ao conversar com mulheres quilombolas intelectuais, que são protagonistas nesse diálogo, surge uma pergunta importante: de que modo as práticas políticas das mulheres quilombolas, que estão relacionadas ao cuidado do território, à ancestralidade e à memória, podem servir de inspiração para a luta política tanto dos movimentos antirracistas quanto dos movimentos feministas?

Essa é uma questão a ser explorada e discutida, já que há muito a ser aprendido com a experiência das mulheres quilombolas na luta por seus direitos e pela valorização de suas culturas.

Leiamos a transcrição da fala de Mariléa:

Eu sou do interior do Estado do Rio de Janeiro. Nasci numa região onde a presença negra é significativa desde o século XIX. Meus bisavós e avós são camponeses negros dessa região. Por ter estudado História no final da década de 1990 e início dos anos 2000, pude constatar que essa é uma história onde a presença negra não aparece.

Apesar de eu ser filha de uma mãe de santo da umbanda, que é um dos lugares que me constitui, quando visitei a comunidade de São José da Serra, em Valença¹, em 2007, tive a oportunidade de, em um território quilombola, reconhecer a minha família e minha história. Foi ali que comecei a me interessar em pesquisar e entender as comunidades quilombolas e a visitar as comunidades do sul fluminense².

A partir de 2007, houve uma mudança: as mulheres estavam presentes, organizando as comunidades, mas os homens ainda tinham uma liderança mais política e pública, como presidentes de associações³. Em 2011, observamos uma modificação com relação às mulheres ocupando cargos de diretoria, muitas vezes como secretárias, devido à maior escolarização delas, que as capacitava para fazer os registros. Comecei

a perceber as mulheres atuando como diretoras e presidentes de associações, evidenciando a gestão feminina.

Daí, incluo na pesquisa, desde o início, o papel das mulheres como protagonistas na organização do movimento. No meu doutorado, em 2013, fiz dois movimentos: retornei à leitura dos relatórios antropológicos das comunidades do Rio de Janeiro e percebi que, nesses relatos, a memória das comunidades quilombolas era narrada a partir do reconhecimento das mulheres. No Campinho da Independência, uma comunidade em Paraty, toda a genealogia é baseada em três mulheres escravizadas⁴, e o território é organizado dessa forma. Em São José da Serra, é a mesma coisa.

O que quero dizer com isso? Ao caminhar com as comunidades, percebo essa transformação e, nos documentos antropológicos, noto a presença feminina e das mulheres.

Há uma questão: do ponto de vista histórico — e eu falo como historiadora —, até a década de 1990, falar de quilombo era falar de homens, guerra e virilidade. A ideia de quilombo sempre esteve ligada à guerra e à virilidade, devido à documentação histórica, que focava no combate durante os períodos colonial e imperial.

Começo a perceber que a emergência das comunidades quilombolas, a partir de 1988, mobiliza uma identidade e símbolos mais femininos. Isso estava nos relatórios antropológicos e na presença e organização políticas, mas não na narrativa histórica. Havia experiências, mas não uma narração historiográfica.

Na verdade, chegamos atrasados, pois, em cada momento histórico, a imagem dos quilombos foi usada como símbolo de luta e resistência antirracista. Como o racismo se transforma constantemente, novos símbolos e identidades de luta surgem em cada época.

Olhando para a pesquisa, perguntei-me: o que está acontecendo na transformação do movimento, da documentação e das práticas, da visibilidade dessas lideranças como um momento histórico? Estaria a visibilidade do protagonismo feminino atrelada à emergência das comunidades?

Pensando nisso, fiz outra pergunta: a depender do território, da organização, da instituição, isso forja um modo de fazer política? No Rio de Janeiro, onde minha pesquisa abrange comunidades quilombolas, conversei e entrevistei muitas pessoas, destacando seis intelectuais: Marilda de Souza Francisco (quilombo do Bracuí)⁵, Laura Maria dos Santos (quilombo Campinho da Independência), Terezinha Fernandes de Azedias (quilombo São José da Serra, in memoriam)⁶, Denise André Barbosa Casciano (quilombo da Tapera em Petrópolis)⁷, Rejane Maria de Oliveira (quilombo Maria Joaquina, em Cabo Frio)⁸ e Fabiana Ramos (quilombo do Bracuí). Por meio dessas seis mulheres, encontrei outras falas e narrativas.

É um trabalho de escuta. A partir dessa escuta, alguns temas recorrentes surgiram: a questão da educação quilombola no território, a necessidade de uma comunidade forte, construída por meio da transmissão de experiências, a centralidade do território e da ancestralidade.

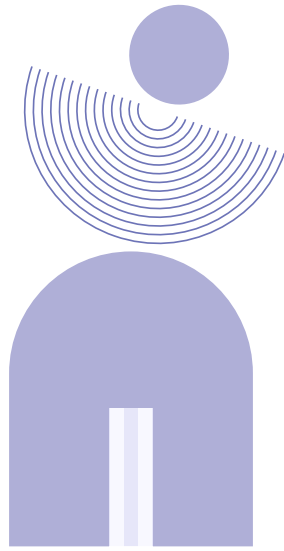
A pergunta foi: o modo de fazer política das mulheres quilombolas, que envolve casa, território, ancestralidade e memória, pode, nesse contexto de combate ao racismo, ensinar e fomentar a luta política tanto dos movimentos antirracistas quanto dos movimentos feministas?

Vivemos num momento em que é cada vez mais difícil construir o comum e o coletivo, devido às dificuldades econômicas e ao modo de produção neoliberal, que produz subjetividades individualistas e competitivas. A percepção da pesquisa é que o modo de fazer política das mulheres quilombolas tem uma relação atávica com o território e a comunidade. É preciso construir a comunidade e o comum, tornando o coletivo orgânico, pois a luta pela terra é coletiva e envolve homens e mulheres da comunidade. A luta relacional faz com que as tecnologias e os modos de fazer política sejam orgânicos.

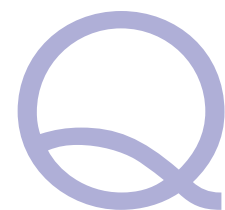
Por exemplo, a relação do território com a comunidade exige uma disposição para a construção do grupo. Tanto os movimentos antirracistas quanto os feministas urbanos sabem que as bases do feminismo são coletivas, mas construir esse coletivo demanda esforço. As comunidades quilombolas enfrentam frustrações na construção da comunidade devido ao racismo ambiental e à necropolítica, que resultam em assassinatos pela luta pela terra.

As epistemologias políticas das práticas das mulheres quilombolas ensinam formas de fazer em que a escuta e o cuidado de si e do outro são essenciais. Nas oficinas do coletivo de mulheres da CONAQ⁹, no Rio de Janeiro, focamos nas práticas do bem-viver, discutindo violência, política e o cuidado com o corpo/território atacado pelos dispositivos racistas e sexistas.





Givânia Maria da Silva



Quilombola de Conceição das Crioulas, em Salgueiro/PE, Givânia é descendente de mulheres que chegaram ao sertão pernambucano no século XVIII e marcaram a história da região com o trabalho de produção e fiação do algodão. Foi a primeira de sua comunidade a cursar faculdade, graduando-se em Letras e depois em Pedagogia, apesar das dificuldades de morar na zona rural, com pouco dinheiro e enfrentando as mazelas do racismo.

Uma das fundadoras da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Givânia é uma das principais representantes das comunidades tradicionais de quilombos. Reconhecida pelo governo do presidente Lula, assumiu, em 2011, a Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (SUBCOM), na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), para a qual levou uma importante contribuição na gestão da política de promoção da igualdade racial¹⁰.

Givânia inicia sua fala refletindo sobre sua trajetória de vida, tendo nascido e sido criada em um quilombo. Tornou-se a primeira professora formada e a primeira a ingressar em uma universidade, mas ressalta que ser a primeira não é motivo de orgulho, pois isso está ligado à negação de direitos de sua comunidade e de tantas outras espalhadas pelo Brasil, que ainda hoje não conseguiram acessar esses espaços. Sua experiência como ativista em seu próprio contexto lhe proporcionou uma perspectiva única, que não pode ser encontrada apenas nos estudos acadêmicos.

Ela destaca que as pesquisas devem ser discutidas e servir às comunidades quilombolas, mas o grande desafio é ouvir e compreender o que é importante para a luta dessas comunidades, em vez de impor agendas. Além disso, é fundamental repensar os referenciais teóricos e metodológicos das pesquisas, evitando perguntas preconcebidas e adotando uma abordagem mais empática e aberta ao diálogo. Givânia alerta que é essencial que os corpos negros não se desvinculem de seus territórios e identidades, como a de ser quilombola, para serem aceitos na academia. Não abrir mão desses lugares e referências é crucial, mesmo que isso represente um peso e nem todos cheguem à academia com uma trajetória de militância. Ela também adverte sobre o apagamento da história negra e sobre como a luta dos povos originários é frequentemente esquecida.

Acompanhemos a fala de Givânia:

São muitas reflexões feitas a partir da minha tese de doutorado¹¹, mas elas não são da tese de doutorado; elas são de uma trajetória de vida: de nascer no quilombo, de me criar no quilombo, de ser professora, de ser a primeira professora formada no quilombo, de ser a primeira a entrar numa universidade. Ser uma primogênita, nesse sentido, não me orgulha, porque isso tem a ver com a negação de direitos. Eu não fico feliz quando uma pessoa fala: "Ela é a primeira!". Graças ao racismo e à exclusão, eu sou a primeira.

Mas, ao mesmo tempo, este lugar me permitiu, não pela universidade, mas sim pela trajetória de ativista, circular nesses lugares em que eu chego falando, não como observadora, mas como parte desse lugar. E isso faz uma diferença enorme: pensar sobre, pensar a partir. Também me fez ver que isso, que foi imposto às minhas ancestrais e que agora eu entro na universidade sabendo e conhecendo, muda o contexto, muda o debate em sala de aula. Isso é uma questão que nem história, geografia, antropologia ou sociologia conseguiriam ir a fundo para descrever o impacto que teve na minha vida e na vida daqueles que não tiveram a oportunidade de saber quem são, quem eram.

Com o que a gente se depara? Primeiro, a natureza da pesquisa. Precisamos discutir as pesquisas: as pesquisas só atendem aos departamentos e programas de pesquisa ou são para subsidiar o movimento? E aí começa a grande questão. Não sou eu quem vai dizer qual pesquisa será desenvolvida. Não deveria ser eu que, ao chegar ao quilombo ou ao terreiro, diria que esta pesquisa é importante, é muito boa, vai dar visibilidade. Não. Eu teria que chegar de outro jeito. Eu teria que chegar para escutar e ouvir delas o que é importante para a luta delas, e não para o programa. Este seria o grande giro decolonial¹².

Por outro lado, falamos das pesquisas, mas continuamos com os mesmos referenciais

teóricos, como os utilizados na questão racial. E, metodologicamente, continuamos com as perguntinhas prontas sobre aquilo que queremos ouvir. Por quê? A pesquisa é um tecer¹³, tem um objetivo, ela tem perguntas. Falamos em entrevista estruturada, semiestruturada, mas tudo isso tem a ver com as escutas.

Esses dias fui para uma banca, e a pergunta de pesquisa era sobre a associação da comunidade: como foi criada, seus problemas etc. E as perguntas eram na linha de: Como deve ser? Como é a associação? Agora não pode mais abrigar aqueles que inicialmente estiveram envolvidos? Respirei muitas vezes e também chorei, porque sei que a pesquisa foi conduzida principalmente por uma pessoa branca, cujo contato foi virtual com as pessoas da comunidade e sequer pôs o pé fora em função da pandemia, óbvio. Por isso estou falando nisso: para que busquemos, metodologicamente, pesquisas que possam ressignificar algumas coisas e outras até destruir.

Outra questão é que nós não podemos ser simplesmente corpos negros circulando nos corredores das universidades. A principal tarefa nossa é não nos descolarmos de nosso território. Eu não posso deixar de ser quilombola para ser aceita em lugar algum, porque, senão, esse outro lugar que me foi prometido pela academia não vai ser meu. Então, vai ser esse quilombo lá, com todas as minhas referências, com todas as minhas questões, que nem sempre são entendidas. Eu não conheço a periferia de uma cidade, então sou uma estranha naquele lugar. Obviamente, uma pessoa que nunca foi a um quilombo é uma estranha.

A questão importante para nós é esse lugar, é não abrir mão desse lugar. Eu sei que isso é um peso, porque nem todo mundo chega à academia com uma trajetória de militância.

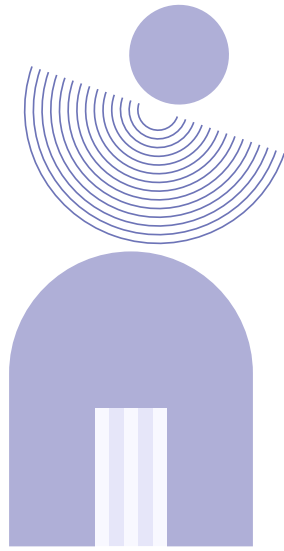
Eu chego com um conhecimento que não está lá. Eu me lembro de que, quando cheguei ao mestrado na UnB, eu falava, e as pessoas me olhavam como se perguntassem: "O que ela está falando?". Eu me sentia um ET. Eu não havia lido todos os livros que os colegas leram. Então, esses foram os primeiros meses no mestrado na UnB. Imaginem uma menina quilombola de 19 anos, imaginem o tamanho das dúvidas que ela tem.

Estamos lidando com o apagamento da história negra, um extermínio na escravidão. Falamos em Zumbi e Dandara como se fossem apêndices na vida deles, na sua história. Quem aqui, ativista, militante negra, sabe quem foi Dandara e o que ela fazia neste quilombo? Quem iniciou os movimentos sociais no Brasil foram os povos originários. Então, basta admitir que nós temos tempo de luta. As mulheres, o povo negro, têm tempo de luta. O tempo de luta foi o roubo, o sequestro nosso, do nosso continente e a chegada aqui. Se lá lutávamos, aqui isso redobrou. A morte, muitas vezes, é a culminância dessa luta: morrer até para parar de sofrer.

Outro conceito que precisamos pensar é o conhecimento de ciência. O que é ciência? Quem faz ciência? Eu digo que nós, quilombolas, estamos fazendo isso há 500 anos. E as pessoas questionam isso e afirmam que a ciência não diz isso. Então, é disputar este conceito. Não é pensar para fazer da ciência um laboratório, mas é disputar o conceito de ciência.

Quando falamos de educação quilombola e educação escolar quilombola, estes são dois lugares. A educação quilombola não precisa do Estado; a escolar, sim, precisa. Mas ela disputa com a nossa educação quilombola e quer ocupar o espaço dela¹⁴¹⁵.

O convite que eu deixo aqui é que a gente precisa urgentemente pensar sobre conhecimento, movimento social, ciência, realização, autoria, conceito de coletivo e comum. Por quê? Porque, para nós, é a pessoa que cuida, é o território que abarca.



Selma dos Santos Dealdina



Selma dos Santos Dealdina é uma mulher quilombola do Angelim III, Território do Sapê do Norte, no Espírito Santo. Assistente social formada pela Faculdade Anhanguera, é graduanda em História (licenciatura) pela Faculdade Estácio e em Gestão Financeira pela Faculdade UNIP. Integra diversas organizações da sociedade civil comprometidas com a luta quilombola e a luta antirracista de forma geral, como a Coalizão Negra por Direitos, a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo (Zacimba Gaba) e o CONAQ, na qual atualmente é secretária-executiva. É organizadora da obra *Mulheres Quilombolas: Territórios de Resistências Negras Femininas*, lançada pela Editora Jandaíra, no selo Sueli Carneiro¹⁶.

Selma inicia sua fala destacando a dificuldade que ela e os demais membros de sua comunidade quilombola enfrentaram para participar de um projeto de pesquisa realizado por Mariléa. Todos estavam cansados de serem apenas objeto de pesquisa, sem terem domínio sobre ela. No final, concordaram em trabalhar com Mariléa, que persistiu em buscar sua colaboração, abrindo uma nova perspectiva de interação entre pesquisadora e pesquisados.

Sua fala evidencia a importância da organização e mobilização para a conquista de direitos pelas mulheres quilombolas, começando pelo processo que levou à realização, em 2014, em Brasília, do primeiro encontro das mulheres quilombolas e à posterior participação dessas mulheres na Marcha das Mulheres Negras, em 2015. O grupo de mulheres quilombolas uniu-se para enfrentar desafios e lutar contra a violência e a discriminação. A fala destaca, ainda, a importância de as mulheres quilombolas ocuparem espaços de poder, como a academia e a pesquisa, para garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas experiências valorizadas.

Como organizadora da obra *Mulheres Quilombolas: Territórios de Resistências Negras Femininas*, Selma discorre sobre o desafio que foi realizar esse projeto e finaliza abordando o tema dos saberes quilombolas. “As iniciativas que surgem nessas comunidades são dignas de pesquisa”, afirma Selma. Ela conclui que não pode haver uma hierarquia superior dos saberes acadêmicos sobre os saberes quilombolas.

Leiamos a apresentação de Selma:

É uma satisfação estar neste espaço, neste quilombo coordenado, dirigido, pensado e cuidado por mulheres, para mulheres e com mulheres. Em 2019, eu já falava para a Sueli sobre trazer as mulheres quilombolas para conhecerem este espaço, mas também para se apropriarem das pesquisas.

Quero falar da honra contemporânea de poder caminhar junto com Givânia e as companheiras que construíram este movimento que temos tocado, composto por homens e mulheres, assim como a luta dentro dos territórios quilombolas. Conheci Mariléa em uma oficina, em 2016, no quilombo que pertencia a Búzios e, hoje, pertence a Cabo Frio. Enquanto ela falava, fui anotando muitas coisas que se relacionavam à importância daquela oficina. A Jane¹⁷ nos avisou que viria uma pesquisadora participar da oficina. Levamos quase um mês para dar uma resposta a Mariléa, pois queríamos saber que tipo de pesquisa era essa, já que não aguentávamos mais sermos pesquisadas. Nós realmente enrolamos! Aí, ela nos venceu pelo cansaço: todo dia essa mulher perturbando nosso juízo! Então, decidimos responder logo à pesquisa para que ela sumisse de nossas vidas! [risos]

A experiência que tínhamos com pesquisas, especialmente após 2003, era literalmente de “bichinho de zoológico”. Nosso território era revirado de ponta a cabeça para a tal pesquisa, diagnóstico, levantamento... E cada hora aparecia com um nome diferente, tudo para nos confundir, mas era tudo a mesma coisa. Mariléa participou desta oficina e nós dissemos a ela: você só vai registrar o que a gente quiser e só vai publicar o que a gente deixar. Não vai ficar ouvindo nossa conversa e escrevendo assim, não. E aí, ela ficou quieta lá no fundo da sala. Nós dizíamos: isso grava, isso não grava; isso anota, isso não anota.

Na oficina estavam Mariléa, Alexandra¹⁸ (nossa companheira de conselho que está na Anistia Internacional) e Flávia Oliveira¹⁹, que descende de Cachoeira, um quilombo certificado da Bahia. Ela contou toda a sua história. E Flávia, que usa um salto desse tamanho, tirou o salto e ficou descalça. Onde fizemos a roda era um terreiro de Ogum. O avô da Jane tinha um terreiro exatamente naquele lugar, que hoje foi destruído, pois são evangélicos, e o terreiro não existe mais.

Fizemos essa atividade como fruto de um processo de organização. Em 2011, no Rio de Janeiro, houve um encaminhamento para realizarmos o primeiro encontro de mulheres quilombolas. Passamos três anos planejando e, em 2014, realizamos o primeiro encontro de mulheres quilombolas em Brasília²⁰. Depois desse encontro, ficamos motivadas e, em 2015, fomos uma das primeiras a estar na organização da Marcha das Mulheres Negras²¹; compusemos a coordenação da marcha.

Naquele mesmo ano, estourou uma reportagem na Record sobre meninas kalungas de 9 a 14 anos que estavam sendo estupradas²². Givânia estava no governo na época, e conversamos com a ministra Nilma²³ para saber o que fazer. Não podíamos deixar uma matéria daquele tipo sem resposta.

Havia grandes comerciantes, médicos, dentistas e mineradores envolvidos no caso dos estupros, e todo mundo fingia que não via. Então, fizemos uma oficina em 2015, com a condição de não tocarmos no assunto. Não podíamos dizer que estávamos lá para falar sobre os casos das meninas vítimas de estupro. E assim fizemos, mas o assunto surgiu naturalmente. Saímos de lá com a missão de realizar outras oficinas. Entre 2015 e 2018, realizamos oficinas no quilombo Tapuio, no Piauí²⁴; em Monte Alegre, no Ceará²⁵; no Divino Espírito Santo, no Espírito Santo; e no Mato Grosso. Realizamos outros encontros anuais, como em Salvador no ano passado, com quase 80 mulheres representando os 24 estados em que atuamos.

Fiz esse resumo para dizer duas coisas. Primeiro, lembrar que, de cada 10 palavras que dizemos, 11 são para estudar, estudar e estudar, e encorajar as mulheres quilombolas a ocuparem este espaço da academia, desafiando-o. Posso citar Sirlene Correa²⁶, Maria Diva²⁷, Márcia Crioula²⁸, Isabel Cruz²⁹, Vercilene Dias³⁰, nossa advogada quilombola, e outras tantas companheiras que estão nesse espaço falando de nós. É o nosso olhar.

Quero comentar sobre este livro, "Mulheres Quilombolas: Territórios de Existências Negras Femininas", que tem o selo "Sueli Carneiro"^{31,32}. A maioria de nós está no campo de ser pesquisada. Quando começamos o livro, disse a Djamila³³, que me convidou: "— Temos um pequeno problema, Djamila, porque a grande maioria das mulheres quilombolas não tem uma trajetória feminista. Como vamos colaborar num livro organizado por uma feminista? Conversei com algumas mulheres, principalmente as mais experientes, não de idade, mas de luta. Falei com a Givânia, que disse: — Vamos tratar da nossa pauta de gênero. É um passo e um negócio contraditório. Não estamos negando o feminismo, mas não nos reconhecemos nele. Não nos vemos dentro de muitos debates feministas."

Analisamos este livro, e ele é muito especial para nós, pois, além do livro escrito pela Givânia³⁴, este é um dos poucos livros que nós, mulheres quilombolas, escrevemos. Aqui estão as pesquisas de Givânia, Vercilene, Gessiane (uma professora do Rio de Janeiro), Valéria Porto e Carlídia Pereira.

A pesquisa de Carlídia fala sobre sementes, mencionando que, antigamente, guardávamos as sementes na cabaça, não nas garrafas pet como hoje. Neste livro também tem a pesquisa de Ana Carolina, que não é uma mulher negra quilombola, mas pesquisa sobre Maria da Silva, que é.

Há pesquisas de quem está na academia e de quem não está, como Jane, que relata o que é ser mulher quilombola. Para mim, Jane é o símbolo da mulher quilombola. Nilce, que discute agroecologia dentro da Conaq, mostra o que é a mulher quilombola discutindo agroecologia e interpretando a pauta de meio ambiente.



A condição para escrever no livro era citar autoras negras. Quebramos um paradigma ao citar um homem, um pesquisador quilombola, através de um poema sobre a queima de Palmares. Não tem como não citar o Bispo.

Outra coisa que queria saber: por que não posso citar minha mãe? O Zé, que dormiu na nossa casa e minha mãe ouvia, mesmo só tendo até a quarta série, é doutor.

Sirlene Corrêa refletiu sobre as “desapocadas”, mulheres à frente do seu tempo, e as “apocadas”, as tímidas. As “desapocadas” são vistas como “baderna” demais, putas, piranhas, enquanto as outras enfrentam cobranças sobre seus corpos, casadas ou não.

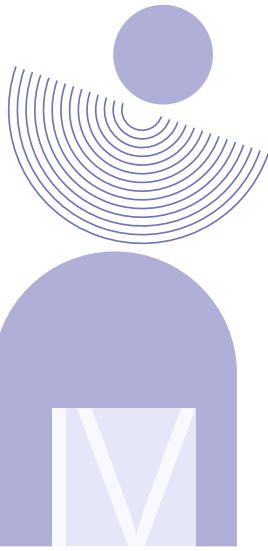
Givânia fala melhor sobre educação quilombola, territórios dos saberes e lutas por direitos. Nas escolas, há muitas iniciativas dignas de pesquisa. Quando discuto meio ambiente com pessoas brancas, conto sobre meu tio Timbuca, que plantou bananas para trazer a água de volta a uma área desertificada pela monocultura de eucalipto. Ele sabia que a banana segura a água e a devolve à terra e, dois anos depois, a água voltou. Mas quem foi premiá-lo ou ouvi-lo?

Existem centenas de pesquisadores e pesquisadoras em nossas comunidades, garantindo a permanência e o bem-estar das futuras gerações.

Anotei nomes como a mãe de Givânia, dona Lurdes, que forjou lutas com outras mulheres quilombolas. Essas histórias acabam invisibilizadas.

Quem contará a história de Dandara ou Teresa de Benguela além do que o Google mostra? Precisamos conhecer histórias como as de Givânia, Hilda³⁵, dona Teodora, Rosalina, minha mãe Rosa, mãe Tiana, dona Luz, dona Procópio e tia Uia, do quilombo da Rasa no Rio de Janeiro, que faleceu de Covid³⁶.

Então se destaca também a importância de pesquisas do tempo.



Debate

As participantes do evento passaram a fazer uso da palavra, ora reafirmando as colocações feitas nas apresentações das três convidadas, ora discordando, levantando questionamentos ou apresentando outras posições, ora sublinhando a importância de aprofundar o debate. No próximo capítulo, veremos os comentários das convidadas sobre o que foi expresso pela audiência.

Acompanhemos as intervenções feitas:

Sueli Carneiro³⁷ :

Quero falar da honra, da alegria, da felicidade de ter vocês três aqui. E como foi bonito isso que ouvimos! Muito obrigada, estou grata e emocionada também, porque foi ainda melhor do que havíamos pensado.

A Givânia realizou todos os desacordos que eu gostaria de dizer à academia, mas ela falou com aquela elegância que eu sou incapaz de ter! E eu faço questão de pedir às universitárias que estão aqui para se manifestarem, juntamente com vocês, sobre questões graves que a Givânia colocou: as questões metodológicas, o que é a pesquisa [...]. Não preciso repetir. Eu considero muito ouvir a Mariléa, a Ana Flávia, a nossa presidenta que também está na universidade.

Se é para bagunçar este coreto aí, eu estou aqui como soldada de Ogum. Contem comigo! Mas acho que temos que ir mais fundo ainda.

Isso que a Givânia traz é estratégico para que possamos compreender e avançar nessa relação que a academia conseguiu com os movimentos sociais e a pesquisa nas humanidades, que têm cor e referências em nossos corpos e territórios.

Nós não somos mais informantes aqui, não! Aqui não tem mais informantes! Eu sou doutora e, ainda que não fosse, sou uma autoridade no tema a que dedico a minha vida. Não posso mais ser tratada como fonte primária. Então, temos mesmo que levar esse debate para a academia e, lá, fazermos todas as perguntas que vocês trouxeram.

E, Selma, eu queria que você falasse mais sobre essas tecnologias e essa omissão. Fala mais do seu tio! E de todas as coisas que não têm reconhecimento nem consciência, inclusive.

Antonia Quintão³⁸ :

Tenho uma pergunta ou uma provocação: Como vocês estão percebendo ou como vocês avaliam esta proposta de decolonialidade? Porque a gente tem observado, em algumas universidades, que parece haver um movimento. E essa decolonialidade³⁹, que é exatamente essa crítica ao feminismo, ao eurocentrismo, a essa hierarquia de conhecimento que despreza os saberes dos povos indígenas e dos povos negros, ignora também o conhecimento das nossas mães e avós. Tenho percebido esse movimento da decolonialidade e queria saber qual é a percepção de vocês. Acham que ele avança? Como vocês enxergam?

Ana Flávia Magalhães Pinto⁴⁰:

Eu queria fazer uma reflexão e propor um desafio. Em 2018, no encerramento do II Seminário Internacional de Histórias do Pós-abolição no Mundo Atlântico⁴¹, a conferência de encerramento foi realizada com lideranças quilombolas e comunidades jongo⁴² do Rio de Janeiro. Mulheres quilombolas e jogueiras que transitam em múltiplos espaços rurais e urbanos deram uma aula não só de metodologia, mas de teoria da História.

Não foi a primeira vez que pessoas que nós chamamos de intelectuais ativistas dão notícia de como elas têm elaborado, teórica e metodologicamente, a partir de lugares que não são necessariamente a universidade, mas que têm impactado a universidade.

O que eu escutei hoje foi, novamente, o sintoma de uma realidade que não tem sido registrada explicitamente. Há poucas semanas, Sueli Carneiro falou da importância de nomearmos os nossos clássicos e, inspirada por isso, o desafio que eu coloco é o seguinte: em se tratando de marcar o que nos é imprescindível, temos um trabalho a fazer com o passado, mas também outros a fazer com o presente e o futuro.

Indiscutivelmente, isso passa por estabelecermos parâmetros que alcancem intelectuais ativistas que não têm a medida dada pela academia. Precisamos de medidas que alcancem a nossa ação, o nosso repertório, as nossas tradições intelectuais negras.

E, Antonia, já dialogando com a sua questão, algo que tem me incomodado demais na universidade é essa mania de que tudo o que é nosso, para ter entrada legitimada na academia, tenha que ter o selo de decolonial.

Eu não sou decolonial. Eu não sou produto do pensamento decolonial. Eu e muitas outras pessoas, no Brasil e em outros pontos da diáspora negra, somos frutos do pensamento negro. Na universidade, eu não quero pedir licença para poder colocar Sueli, Luiza⁴³, Lélia⁴⁴, Fanon⁴⁵, com a desculpa de que são pensadores decoloniais.

Se a gente não fizer um esforço para evidenciar como tradições de pensamento radical negro existiram e existem, elas vão seguir sem ter essa nitidez. A nitidez que este grupo aqui, por exemplo, tem, mas que não necessariamente as pessoas negras que estão aí circulando, atuando dentro e fora da universidade, têm.

É preciso lidar com esse problema porque, efetivamente, estamos em um contexto em que já não falamos da universidade como um lugar distante. Com a luta pelas ações afirmativas, a gente se faz presente, sobretudo como estudante, e essa presença tem que ser defendida e afirmada de maneiras que eu considero mais ousadas.

A ousadia desta mesa pode ser transformada em material que marque justamente essa existência.

Mariléa de Almeida:

Ao apoiar a trajetória e produção da Rejane, foi muito importante saber que, ao participar do coletivo de mulheres da Conaq, isso estava transformando a existência dela. E aí só havia uma postura possível: eu precisava ouvir. E isso não foi me dado pela universidade, não. Eu sou uma pessoa que escuta e, sem querer fazer qualquer autoelogio, tenho muita capacidade de escuta, porque sou filha de mãe de santo e passei muito tempo em terreiro cambonando as entidades⁴⁶.

Há algo acontecendo aqui historicamente que tem a ver com as mulheres, mas também não sei exatamente o que é. Porém, de tanto escutar as pessoas, os temas vão aparecendo: educação quilombola, a questão da religiosidade. Os temas foram surgindo nessas escutas. Se vamos usar a palavra "decolonizar" ou não, o fato é que o mundo e a universidade são uma máquina de branqueamento e masculinização. Nascemos no mundo e vamos nos transformando e, ainda que nasçamos em uma comunidade quilombola, ainda que tenhamos experiência em uma comunidade de terreiro, todos esses processos são, de certa forma, trilhados politicamente.

E aqui há uma tensão: eu preciso escutar para aprender a falar com. Como a gente fala com? Mas, ao mesmo tempo, estou dentro de uma universidade. Daí a Givânia provoca a questão da autoria. Quando lemos, constatamos que todas as pessoas que estão no livro são intelectuais e autoras. O livro, na verdade, narra um encontro: um encontro meu com a minha singularidade, com a minha história, com a produção de conhecimento que está chegando até mim. E isso se dá em um lugar que é a universidade. Essa é uma tensão.

A outra tensão se dá com as pessoas que estão fazendo história no tempo presente, produzindo seus saberes, e que não precisam necessariamente de uma historiadora para narrar suas histórias. Mas eu falo de um lugar que não é o de uma liderança quilombola, mas também não é o lugar de uma pessoa branca de classe média, que está tranquila na universidade. E aí, fazer pesquisa acaba sendo quase uma terapia, porque as histórias se confundem com a minha: meus pais analfabetos, a desterritorialização da minha família, a forma como as comunidades quilombolas resistem.

E a Laura⁴⁷ relata que quando ela vai fazer trabalho com as professoras ela percebe que muitas se desconectam da história e do território. E quando elas vão para a cidade elas têm vergonha inclusive de ter esta trajetória.

A Laura relata que, quando faz trabalho com as professoras, percebe que muitas se desconectam da história e do território. Quando elas vão para a cidade, sentem até vergonha de ter essa trajetória.

A Givânia coloca muitos pontos aqui, e a tensão dos limites e possibilidades está justamente em como resolver essas questões dentro da minha ética e da minha postura. Esses são pontos que não estão na capa do livro, nem na capa da tese. Mas como resolvemos isso?

Há outras colegas que também focam nesse tema, como Silvane Silva⁴⁸, educadora e pesquisadora da educação quilombola e das mulheres quilombolas.

Então, como respondemos a essas questões? E agora, estando lá, como enfrentamos isso? Como resolvemos isso?

Selma dos Santos Dealdina:

Tem uma questão que envolve o processo de validação de dados. A Conaq, há cinco anos, disse que nós éramos mais de cinco mil quilombos no Brasil⁴⁹. Já o coordenador da Conaq no Maranhão, Ivo Fonseca, disse que somos mais de seis mil quilombos no Brasil! Só que, quando falávamos que éramos cinco mil, aquela era a voz do movimento, e aí nos impõem o dado oficial. Dado oficial de onde? Dado oficial é o nosso!

Rafael Sanzio dos Anjos fez uma pesquisa pela UnB, afirmando que existiam mais de cinco mil quilombos no Brasil. E todos então disseram: "Ah, a Conaq tinha razão." Por que precisou que a universidade homologasse o que estávamos falando? E agora estamos dizendo que somos mais de seis mil quilombos, e novamente as vozes se levantam dizendo que não é isso. Agora o IBGE vem e diz que contabilizou 5.972 quilombos. "Ahh, então a Conaq tinha razão!"

Ou seja, o que o movimento fala não tem validade. Nós temos um coordenador, o Bipa, que afirma: "70% da Amazônia é negra." Daí, esses dias, um cara perguntou: "De onde vocês tiraram esse dado?" Então, o Bipa disse: "Do censo agropecuário." Então, todos os nossos números têm de estar legitimados, tutelados por alguém.

Para nós, é importante ter um livro como esse da Givânia como referência quilombola. Precisamos trabalhar para que passemos essas explicações, citar e dar à Givânia o que é de Givânia, mas também para podermos citar os nossos pensadores, nossos intelectuais, os nossos griôs⁵⁰ dos nossos quilombos também como fonte de pesquisa.

Eu participei de cinco bancas, inclusive duas cobrindo a Givânia. Uma vez, eu falei com ela: "Por que a produção do nosso povo no mestrado" — e cito o mestrado porque eu participei da banca da Sirlene⁵¹, da banca do Lourivaldo, da banca do Amilton, da banca de uma companheira de Minas, que eu esqueci o nome — "e essas teses vão para as gavetas?" A tese do Lourivaldo, coordenador nosso da Conaq, do quilombo Kalunga do Mimoso, em Tocantins, fala da destoca. O que é a destoca? A gente planta, corta, limpa, destoca e põe fogo. Mas não é um fogo como lá no Pantanal; é um fogo para destacar, porque a nossa terra a gente queima para plantar de novo. Aquilo é riquíssimo! E quem é que leu aquela tese?

Então, todo conhecimento dele, que leva anos estudando, produz um material riquíssimo e este vai para a gaveta. E vão para as gavetas todos os nossos estudos, assim como o meu. Um ou outro consegue transformar este quadro, mas, dentre os nossos quilombolas, à exceção de Givânia, com livros publicados, eu não conheço. E as meninas que estão aqui trazem algumas teses de mulheres quilombolas. Elas trouxeram as teses delas para cá para podermos conhecer.

E para encerrar, Sueli, eu confesso que estou meio perdida com esse negócio de academia. Deu um nó na minha cabeça, porque eu parto do princípio de que pesquisa é isso: há as pessoas que vão fazer as pesquisas e há outras e é deste lugar também que eu falo, enquanto pesquisada. Mas tem algumas situações em que a gente vira ancestral mesmo, sabe? E este conhecimento morre com as pessoas, vai com as pessoas. Como as manifestações, a exemplo da banda de pífanos no quilombo de Givânia⁵², o rito de São Benedito⁵³, que só existe na minha região, e o mais novo, com oitenta e poucos anos, está lá. E, quando essas pessoas partirem, como fica esse conhecimento?

Irão nos considerar como meros repositores ou também como quem leva esse conhecimento adiante? Fazemos isso porque também somos intelectuais, independente de estarmos dentro da academia. Tem coisas que só nós fazemos: cavar uma cisterna ou olhar o tempo e dizer se está bom para plantar; senão, não se vai plantar.

Ontem, eu estava conversando com um amigo, e ele disse: "Eu vou pra casa porque lá está seco e, se eu plantar, não vai dar." Como é que ele sabe que não vai dar? Ele pode jogar a semente na terra e largar para lá. Ou quem vai dizer que agora está bom para pescar? "Vamos sair hoje à noite para pescar porque hoje o rio dá peixe?" Temos esses conhecimentos, a ciência do saber, que está com o nosso povo e que está numa salvaguarda.

Então, Mariléa, quando lhe demos um chá de cadeira, lhe colocando no fundo da sala, foi uma forma de lhe testar. Nós só lhe autorizamos a seguir com a pesquisa porque você é uma mulher preta. Nenhuma mulher que não seja quilombola autorizamos e, portanto, são pouquíssimas mulheres que chamamos para contribuir. A Mariléa só foi porque relevamos a questão por ela ser uma mulher preta. Mas tomamos esse cuidado, com medo do que a gente produz virar conhecimento para outros e não para nós.

Fui a Paris, e estava acontecendo o Festival de Cinema Brasileiro. Lá, eles não comemoram o Dia da Consciência Negra na mesma data que nós; acho que lá é outubro. E eu estou lá e, daqui a pouco, vejo uma mulher preta no telão, falando em francês, e era a minha mãe! Numa mostra de cinema em Paris! Eu fiquei cega, saí no meio da multidão e fui até o telão. Isso foi há uns dez anos, e eu não tinha celular para tirar foto. Eu queria saber quem promovia a atividade, pois queria saber como minha mãe estava dando entrevista para mídia do primeiro mundo. Era um filme que falava sobre mudanças climáticas, sobre tsunami, e até ganhou prêmios. "Mas o que ela está fazendo aqui?" Aí apareceu a menina, produtora de São Paulo, morava lá. A produtora foi lá, filmou, filmou tudo, mas eu duvido que ela tenha usado a imagem de Leonardo Boff sem pedir autorização e pagar Leonardo Boff. Ela nunca pediu autorização para minha mãe, e a imagem da minha mãe estava lá. E eu disse: "Vocês não têm autorização? Eu quero falar com a Embaixada do Brasil aqui na França e quero que você vá pedir autorização para minha mãe. Porque não é assim que isso funciona."

Assim, vai lá, adquire todos os conhecimentos... Esta é a questão da galera que vai até as comunidades, faz pesquisa e não volta para dar retorno. Isso é o princípio da ética: se você entrevistou um protagonista, você tem que dar a devolutiva. A maioria das pesquisas nunca ouvimos falar. A pessoa vai lá, pesquisa, suga tudo o que a gente tem de conhecimento e, depois, tira os seus títulos de mestrado, pós, doutorado, e nem sequer volta para mostrar o resultado.

Então, se você for verificar entre os quilombolas, você encontra mil e umas teses, boas e ruins também. Pergunte se alguém recebeu um exemplar que seja. Nada.



Há essa mágoa para com a academia, que vai, suga e não retorna. Então, há a questão do direito, da falta de respeito com aquelas pessoas que dedicaram o seu tempo, que estavam fazendo algo na roça e que tiraram um tempo para responder um catau de perguntas e, depois, nem sequer sabem do resultado. Se vai fazer uma pesquisa no quilombo, uma foto é significativa, pois o nosso povo conta a história de uma foto. Eles pegam uma foto e dizem: "Ah, essa foto foi no dia em que a Givânia se casou com o compadre Zeca, que nasceu não sei quem." O nosso povo conta porque eles não têm a leitura, mas eles contam toda uma história de uma foto. Eu aposto que, se chegar à casa de um quilombola com mais de 70 anos, vai ter que ter paciência, porque ele vai pegar o álbum de fotos, todo enferrujado, e te contar uma história toda daquele povo.

Então, eu acho que o mínimo de respeito que a academia deve dar é o retorno das pesquisas. E sabemos que isso acontece em menos de dez por cento das pesquisas realizadas. E teses que poderiam ajudar a implementar a Lei 10.639⁵⁴ nas comunidades, contar a história da comunidade, ou ir para a biblioteca do município para evitar que digam que não existe quilombo no município, não são compartilhadas. Viraram patrimônio pessoal, e não coletivo.

Portanto, não me venha com essa história de que está fazendo algo pelo coletivo, porque coletivo é, no mínimo, devolver sua pesquisa encadernada para a comunidade que você pesquisou.

Givânia Maria da Silva:

Eu me quero quilombola, numa comunidade quilombola. Conheço um pouco do Maranhão, conheço o MNU⁵⁵. Eu digo que sou filha do MNU com o Maranhão.

Em resposta à Ana Flávia, quero dizer que a vitória do projeto colonial, na minha concepção, tem dois aspectos. De um lado, foi feita a pesquisa para ver onde está a nossa identidade, a nossa pertença, em termos de uma arca mínima [...]. De outro, acho que eles foram vitoriosos quando foram capazes de nos desterritorializar. E aí, eu não estou falando só de território quilombola, não. Eu falo de desterritorialização no sentido do meu corpo, do meu cabelo, do meu prazer, do meu pensar, do meu sentir, que são indissociáveis da nossa prática quilombolar⁵⁶. Então, quando eu falo de território, me refiro ao saber, ao nosso conhecimento, a esse lugar de pertença.

No mais, Ana, o projeto colonial é derrotado, pois, apesar de tudo o que nós vivemos e de sermos 53% da população, isto é uma derrota para eles, uma vitória nossa, uma vitória conquistada a cada dia. Pois estar vivo ao final do dia é uma vitória, uma vitória do projeto de resistência negra. O quilombo é uma invenção negra e feminina. Que os homens me escutem!

Quanto ao debate de ser ou não decolonial, essa é uma encruzilhada. Acho que, teoricamente, pode ser um pouco de tudo. Mas eu não consegui ainda, nem mesmo com as nossas reflexões do academismo negro, ver o jeito de pensar e viver dos quilombos [na perspectiva] desse feminismo do território. Se é que pode ser chamado de feminismo. O que a maioria das mulheres diz?

Existe um feminino no quilombo que pode ser lido como um fazer feminino nos quilombos, pelo menos nesse meu raciocínio, que está dentro de um feminismo negro. Mas não dá para ver que tudo o que já lemos sobre feminismo negro abarque o que as mulheres estão fazendo [nos quilombos], e isso precisa avançar tanto na teoria quanto na prática de estudos [sobre o tema].

Não dá para esperar que uma pessoa urbana vá para lá e, [a partir de pesquisas de campo, detecte o que] tem relação direta com o feminismo, que tem algumas características com as questões desse campo da decolonialidade. O que mais me encanta neste debate é continuar incomodada e provocando incomodações. A minha vitória na academia é provocar.

Silvane Aparecida da Silva:

Eu sou, entre muitas outras coisas, professora, historiadora e também fiz uma pesquisa de doutorado sobre o protagonismo das mulheres quilombolas aqui no Estado de São Paulo⁵⁷.

A chegada às comunidades foi por um caminho diferente, pois cheguei por meio da Administração. Eu trabalhava na Diretoria de Ensino de Santos como coordenadora pedagógica e trabalhava com uma comunidade indígena, Ribeirão Silveira⁵⁸. A partir desse trabalho com os professores indígenas, recebi o convite para implementar, na Secretaria Estadual de Educação, as diretrizes nacionais de educação escolar quilombola⁵⁹. Tive a oportunidade de me encontrar com Givânia, em Brasília, no seminário sobre educação escolar quilombola.

Chego às comunidades por meio desse processo de implementação das diretrizes nacionais. Estou há seis anos trabalhando aqui nas comunidades do Estado de São Paulo, e as lideranças solicitaram que fosse produzido um material didático, que a Secretaria de Educação publicou [depois de muito tempo], porque as nossas comunidades são sempre deixadas para depois. Naquele ano, a verba não foi suficiente e, inclusive, quando foi publicado, eu já nem estava mais participando do núcleo. A publicação foi entregue às comunidades, e o material foi distribuído para os estudantes e para a biblioteca de todas as escolas.

A minha pesquisa de doutorado surge na construção desse material didático. Fiz rodas de conversa nas comunidades, com a presença das lideranças, e gravei – ainda em fita cassete – todas as conversas. Uma parte dessas conversas foi para um dos livros didáticos, pois um dos pedidos que nos faziam era que, em Eldorado, está a Escola Estadual Quilombola Chules Princesa⁶⁰, que recebe estudantes de seis comunidades do entorno. Na época, todos os professores de lá, exceto o Luís Marques, não eram quilombolas, e todos os materiais também não traziam a história daquelas comunidades.

Algo urgentíssimo que eles queriam era um livro que contasse minimamente a história das comunidades do entorno, e tinha que sair rapidamente. Pensei em algo que pudesse ser feito rápido e que ficasse como registro para as comunidades, trazendo a história dos mais velhos. Aquelas pessoas que têm saberes referentes à terra – de quando plantar as sementes – acabam perdendo esses conhecimentos, que não são vistos pela escola como saberes dignos de estar num livro, especialmente pelos professores que não são quilombolas. Inclusive, chamaram muito a minha atenção quando, na primeira reunião, relataram que os professores diziam para as crianças: “Se você não estudar, vai ficar na roça igual ao seu pai.”

A roça é uma coisa marcante no quilombo. É onde se constrói tudo, onde está a espiritualidade, onde repousam os nossos ancestrais, de onde retiro a minha energia para viver. A roça é muito importante, e como um professor vai dizer que, se você não estudar, vai ficar na roça, como se fosse algo pejorativo? Lembro que, na época, havia um programa de TV que falava que a pessoa que perdia ia para onde? Para a roça. Então, toda a mensagem transmitida era de que a roça é um lugar de perdedor.

Uma das principais preocupações foi essa: produzir material que mostrasse que o preconceito com algumas coisas mínimas não pode [ser reproduzido] por aqueles professores. Minha chegada a essas comunidades aconteceu dessa maneira, promovendo também informações no entorno da região do Vale do Ribeira, envolvendo tanto professores de São Paulo, como Sandro Vieira, especialista em história da África, Viviane, do Quilombo Ivaporunduva, e também intelectuais da comunidade, como Seu Ditão, Elson, Nilce, entre outros. Trouxemos essas pessoas para fazer essa conversa. Aqueles conhecimentos foram produzidos por pessoas que são intelectuais daquele local e do nosso país, não apenas da dimensão regional.



Cheguei às comunidades com esse objetivo, e a tese de doutorado foi fruto desse processo ao longo de toda essa caminhada junto com elas e eles. Foi nesse processo que encontrei a Mariléa como pesquisadora no Rio de Janeiro, que também fazia um trabalho muito parecido com o protagonismo das mulheres e lideranças nas comunidades do Rio.

Meu objetivo inicial nunca foi escrever a tese sobre as mulheres. Pelo contrário, era produzir esse material e fazer explicações para os professores. Mas foi a partir disso que percebi que havia [algo mais que] precisava ser dito, precisava ser contado. Aproveitei essa oportunidade, de um material comentado, de fala riquíssima, que poderia então resultar em uma tese de doutorado.

Sempre foi um conflito para mim essa questão da publicação. Eu não consegui resolver, na verdade. A tese não foi publicada até hoje, já saíram alguns artigos. Eu estou sempre participando das atividades das comunidades, de encontros de juventude lá na Casa Nossa, sempre que possível. Acabei saindo da secretaria, desse núcleo, e não faço mais trabalhos de maneira oficial, mas continuo convivendo com as companheiras e companheiros.

O que eu queria falar, além de contar essa experiência, é que não consegui resolver essa questão que você traz, Givânia, de trazer o nome de todas as pessoas. Mesmo que você coloque o nome de todo mundo, vai aparecer, por exemplo, "Silvane Silva et al.", e não sairá o nome de todo mundo. Sempre tive esse conflito, até por conviver com o Élcio e com o Luís Marques.

Quando cheguei à comunidade do Cafundó, o maior conflito deles, quando fui fazer a pesquisa, era a desconfiança. O que fizeram com a comunidade do Cafundó foi uma coisa absurda. O que aconteceu lá foi pilhagem de conhecimento, sem sequer se levar um livro, um filme, nada para a comunidade. Por ter essa experiência com eles, para mim sempre foi conflituoso publicar um livro. Preciso resolver essa questão de publicar um livro e dar o retorno do tamanho que as pessoas merecem, para além do "Silvane Silva et al.", pois isso não resolve.

Muito embora várias pessoas digam que o importante é a divulgação, para mim é um conflito interno, e ainda não sei como resolver isso, porque sempre será uma editora que vai publicar e vai ter lucros. Eu não sei como resolver isso, pois estaremos usando a história de vida de algumas pessoas. Essa é uma questão muito séria que precisamos resolver na academia ou como pesquisadores independentes.

Acho que, quando se escreve sobre a história de vida de alguém, o retorno precisa ser do mesmo tamanho do que foi obtido, e sinto que nunca será assim. Esse é um conflito para mim.

Mas a construção desse trabalho que fiz com as comunidades teve o retorno em material didático e vídeos que um coletivo em São Paulo, chamado Empoderadas, produziu. A diretora Renata Martins fez quatro vídeos curtos com as meninas que também são da minha pesquisa: Nilce, duas de São Pedro, e dona Laura, do Quilombo da Fazenda. São quatro vídeos curtos que estão disponíveis na internet, e sua utilização como material didático nas escolas é perfeita. Sempre busquei fazer com que a tese virasse diversas formas de contribuição para a comunidade.

Tive a sorte de fazer meu doutorado na PUC-SP com o professor Amailton. A banca era preta, bibliografia preta, e sei que meu caso era muito à parte, pois estava com a pessoa que me interessava e no lugar que me interessava.

Para mim, o que Givânia traz, de citarmos as pessoas, é importante. A Selma diz: "Coloque no [Google] 'Silva' para ver quem está lá." E eu faço a mesma coisa. Muitos dos nossos são Silva, e as outras pessoas lembram de citar todo mundo – os estrangeiros, os da moda –, mas o Silva que está ali do lado não se cita.

Há, portanto, essa preocupação nossa, e eu a tive no meu doutorado. Tive a sorte de ter um orientador que também pensa assim, de poder citar somente as pessoas que eu quis e que eu achava que tinham de estar ali, principalmente com o objetivo da visibilidade. Às vezes, eu citava uma frase, para que o trabalho daquela pessoa aparecesse, para poder valorizar e diminuir essa invisibilização que os nossos têm.

Tem o Nêgo Bispo, lógico, com o seu poema, que não tem como não ser incluído.

Concluindo, foi para mim uma experiência muito positiva, e gostei de poder compartilhar com vocês. Na minha banca, fizeram a pergunta: "Existe o feminismo quilombola?" E eu devolvo a pergunta para vocês.

Suelaine Carneiro:

Foram muitas provocações e questões que nos atravessam o tempo todo. Quero destacar a importância da educação quilombola. Vocês trouxeram registros superimportantes, porque há o desafio da educação quilombola pós-pandemia⁶¹. Destacar principalmente o que vocês falaram, o que Selma também trouxe, e perguntar sobre o projeto Primeira Infância. Porque aquele questionário é crucial: pergunta o que é a primeira infância e, a partir dele, eu e a Leci até tentamos aplicá-lo aqui em São Paulo. Afinal, o questionário: o que tem? Para que serve? A gente já ia implementá-lo, mas surgiu outra questão: qual é a primeira infância que vocês têm ou que nós queremos? Então, essa ideia de ouvir o que a comunidade quer é o grande desafio da pesquisa acadêmica.

Mas aí vamos ao segundo ponto: que ela sirva para a luta. Daí a pergunta: como não revelar a luta? Como não revelar estratégias? Cada vez mais cedo, os nossos estudantes, os nossos jovens estão entrando na universidade com uma vida limitante. Essa experiência tem revelado estratégias e, pensando em tudo o que já sabemos, que antes era feito por pesquisadores brancos, tudo nosso foi revelado, em particular no que tange ao candomblé. Ainda que hoje pensemos em novas práticas, como esse nível de reflexão irá proteger a luta? É o que eu gostaria de conversar com vocês.

Falante não identificada:

Estou fazendo o mestrado na FFLCH, no programa chamado Diversitas, que é realmente muito diverso. Acabei uma disciplina que se chama Terra, Terreiro e Territórios: deslocamento para uma cosmologia negro-brasileira. Estou escrevendo agora um artigo, e tudo o que vocês disseram aqui contribuiu muito para o meu pensamento. Fui anotando tudo, porque é um ensaio, e, nesse ensaio, tivemos uma aula sobre cartografia para pensarmos em coisas que dizem respeito à nossa titularidade.

Percebi, durante essa disciplina, o afastamento que tive da minha família, não por conta da minha trajetória, mas porque, durante a minha infância, aconteceu uma série de questões: a minha mãe se separou, daí a família do meu pai brigou. Em uma dessas aulas com a psicoterapeuta, percebi — e até escrevi isso durante a aula — o quanto de saudades eu tinha, porque não vivi com o meu pai. Meu pai foi ator, formado no Teatro Experimental do Negro, esteve na companhia de Solano Trindade, e eu não sei essa história. Não contada por ele. Tenho fotos dele, artigos de jornal. Minha mãe também entrou para o teatro e se revelou uma grande atriz, mas não tive a oportunidade de ouvir sobre isso.

Então, estou escrevendo um artigo sobre isso, e essa questão que vocês falaram sobre território e tudo o que trouxeram aqui foi importante para eu levar para esse artigo. É uma reorientação: de onde vim e para onde estou indo. E isso foi muito importante para mim.

Paula:

Sou uma pesquisadora acadêmica jovem e fiz o mestrado em uma universidade extremamente violenta. Sou pedagoga, e meu percurso na educação foi de tentar buscar a minha história e entender qual foi a história que me foi negada na escola. Toda a minha trajetória na academia foi na tentativa de reconstruir esse conhecimento, buscando em vários lugares e com pessoas que vieram do interior de Minas Gerais e de Pernambuco, que também passaram por todo esse processo de embranquecimento. Era mais "fácil" nos embranquecermos como uma tentativa de proteção, mas sabemos da história e de suas consequências.

Tudo o que vocês estão falando é muito importante para nós, que estamos começando agora. Tenho 36 anos e ouvi muito, na academia — inclusive de meu orientador —, que ele nunca mais iria orientar uma militante. Eu não entendia que era militante, ainda não compreendia esse processo, e tive várias conversas com a Suelen sobre esse conflito. Eu nunca fui para a rua! Na academia, além de não sermos reconhecidas como detentoras de conhecimento, não se dá acesso a mulheres que estão falando sobre isso. Eu tive contato com os escritos da Sueli muito depois, em um encontro de mulheres negras, onde conheci a Suelen. Então, temos que entrar para fazer parte desse processo de escrever nossa história por nós mesmas, deixar de ser as pesquisadas e reconstruir a história do nosso ponto de vista.

Porém, há a tentativa de acabar com o que estamos tentando começar a construir, essa violência toda de não podermos estar presentes naquele espaço. E, muitas vezes, passamos por esse processo sozinhas. Agradeço a oportunidade de estar aqui, de poder participar.

Agora estou pensando em fazer o doutorado, e a minha proposta de pesquisa é exatamente esta: entender como nós, mulheres negras, estamos na universidade, no lugar de pesquisadoras; o quanto temos passado por todos os tipos de violência; e como fazemos para conseguir construir nossos conhecimentos sem precisar do aval dos brancos.

Sueli Carneiro:

Tínhamos tanto o feminismo branco, clássico e tradicional quanto, de outro lado, um contexto no movimento de mulheres que não seguiam essa identidade de feministas. Essas mulheres não se autodefiniam como feministas, mas como movimento de mulheres, com algumas expressões, como na Marcha das Margaridas⁶², que representava uma força política quase de oposição à concepção feminista. Essa concepção não era algo popular e tinha uma orientação mais à esquerda.

Mesmo a expressão "feminismo negro" virou uma forma de explicar tudo o que nós somos. Quando começamos, no final da década de 1980, nos autodeclaramos movimento de mulheres negras. Agora, temos feministas negras que, no passado, não se identificavam como feministas. O feminismo negro foi construído e questionado, em determinado momento, por nossas associações de mulheres negras, como a Criola, e por toda uma safra de organizações de mulheres negras que emergiram no final da década de 1980.

Então, eu só quero dizer que esse negócio não foi assim tão homogêneo. Por exemplo, Geledés construiu um tipo de feminismo muito próprio, inspirado na tradição gèlède, da cultura iorubá, sendo a primeira organização a se autodeclarar feminista e a ser constituída também por homens. Para muitos, isso pode parecer uma aberração. O feminismo preto é assim: tem muita coisa aí, muita variação nessa conversa.

Então, não há nenhum estranhamento. Se é feminista ou não é feminista, e daí? Pode até não servir mais essa discussão. Mas a pesquisa de dados sobre as mulheres que se insurgem contra a violência patriarcal está aí. Isso não mudou, nem para a mulher preta, nem para a branca.

Há algo que acho muito precioso, e precisamos avançar nessa questão. Ela diz explicitamente assim: antes do epistemicídio⁶³, precisamos construir nossos próprios espaços de legitimação. Que possibilidade temos de construir nossas estratégias de legitimação? Quando fazemos duas publicações com a autoridade do saber quilombola, estamos nessa disputa, nos lixando para que a academia reconheça ou deixe de reconhecer.

Suelen Girote do Prado⁶⁴ :

O primeiro texto de uma mulher preta que li foi um de Sueli e, depois, outro de bell hooks⁶⁵, ambos apresentados pelo meu orientador, Prof. Amailton. Nunca fui podada por ele durante o mestrado; pelo contrário, eu era muito influenciada e pressionada por ele na minha decisão de pesquisar sobre Geledés. Eu tinha noção da responsabilidade, mas não estava com medo.

O que me motivou nessa pesquisa foi justamente entender como elas fizeram. Essa pergunta me moveu pessoalmente. Talvez eu tenha me perdido, como muitas pessoas negras se perdem, mas me encontrei quando decidi pesquisar Geledés e, depois, acabei vindo trabalhar aqui.

Agora entendo um pouco mais sobre o que Givânia traz sobre o corpo negro. Depois que entrei aqui, a editora publicou o meu livro e, ao lê-lo, fiquei chocada ao perceber o quanto eu estava me justificando no texto: eu, uma mulher preta, dentro da academia, pesquisando sobre a trajetória das mulheres negras.

Eu me perguntava qual era a minha proximidade com as pessoas que eu estava pesquisando. Ninguém faz essa pergunta aos pesquisadores brancos, que fazem isso o tempo todo.

Selma dos Santos Dealdina:

Dentro da Via Campesina, a Conaq está coordenando o povo todo. Nos debates internos para definição da secretaria, uma das nossas falas foi a questão de enegrecer a Via, porque a Via internacional é indígena e a Via no Brasil tem sua base negra. Precisávamos nos ver como sendo essa base negra nos debates.

Nesses dois anos em que assumiremos a secretaria, nossa tarefa é tirar esse discurso de que somos todos iguais, de que aqui não tem racista, machista, homofóbico, e pôr o dedo na ferida. E a gente vem fazendo isso.

Em resposta à Sueli, há uma angústia. Perguntei para as companheiras sobre essa questão do feminismo. Mesmo no movimento de mulheres camponesas, este debate ainda está entalado na garganta. Houve uma pesquisa sobre o feminismo camponês popular, mas o feminismo camponês popular precisa descrever a diversidade das mulheres que compõem o campo: indígenas, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas, desempregadas, sindicalistas.

Há algumas pautas que noto nos coletivos de mulheres e que precisam ser trabalhadas. Por exemplo: temos a história da menina que, desde os 6 anos de idade, era violentada pelo tio no município de São Mateus. E aí vieram perguntar para a Conaq qual era a sua posição em relação ao aborto. Esse é um debate que a gente precisa fazer. Não há como ficarmos em cima do muro. Levei essa provocação para a Via e para dentro da Conaq porque precisamos falar deste assunto.

Assisti ao filme *As Sufragistas* e fui ler Lélia Gonzalez. Daí tomei um ódio do filme e não me perdoei por ter me emocionado com ele! Assistir e ler as duas coisas deu um nó na minha cabeça. E não deu certo, porque o mais próximo que li e que dialoga com as mulheres do campo é o livro de Angela Davis, quando ela fala das fazendas de algodão. Li o livro e imaginava a época da escravização.



E este texto da Lélia eu leio sempre. Toda vez que tenho ódio no meu coração, tento me curar com bell hooks. Ela me balança. Porque é isso: vivemos nessa relação tênue.

Essa questão do feminismo negro, rural, do campo, chama a nossa atenção para pararmos com essa divisão entre rural e urbano, porque somos todos movimento negro, respeitando cada um as suas particularidades. Mas ainda não é um negócio bem concebido assim.

Pois eu não consigo ainda falar que sou feminista. É um processo. E eu parei com essa história de me obrigarem a me apresentar como feminista. Não entro nessa pilha, bem como em outros detalhes, como cabelo e por aí vai.

E me comprometi também: eu não dou palestra em 20 de novembro. Não adianta, não dou palestra em 20 de novembro.

Há um ponto adicional que quero abordar. Tínhamos as cartografias sociais e, quando vinham nos perguntar onde era o cemitério, enrolávamos os/as pesquisadores/as e não respondíamos. Reagíamos de igual maneira para outras perguntas sobre localização de espaços. E fazemos assim até hoje.

O meu avô dizia que as tramas das fugas na época da extração eram combinadas na porta da igreja de São Benedito, cantando em latim. Todos assistiam à ladainha e ninguém sabia o que eles estavam falando. Diziam que iriam passar na casa do fulano, pegar ciclano na fazenda tal.

E a minha mãe era rezadora de ladainha e não sabia ler. Mas como ela falava em latim? Eu ficava me perguntando: ora, quando ela começou a falar em latim? Eu tomava o livro da mão dela e conferia... e as palavras estavam iguaizinhas! Em latim, as ladainhas!

Tem muita coisa que nosso povo fala e que não entendemos. Assim, as estratégias são parte de um movimento maior, de luta. E tem coisas que eu não falaria aqui porque há pessoas que eu não conheço. A maioria de vocês eu não conheço, então eu não falaria. Mas falaria com a Sue, com a Givânia, com a Mariléa, com a galera que eu conheço e em quem eu sei que posso confiar. As estratégias são assim: muitas são faladas, outras não.

Quero abrir um parágrafo aqui para falar sobre esta parceria da Conaq com Geledés. Este projeto está sendo um verdadeiro "viver quilombola". O povo quilombola é um povo complicado: não responde nada, nem e-mail, nem mensagem. Vocês acreditam que, em menos de 24 horas, 78 pessoas responderam ao questionário?

Demoramos muito para entrar no ritmo, mas desistir nunca. Quando as meninas assumiram, deram conta do recado. Elas são as pesquisadoras: Vera Lúcia, de Mato Grosso do Sul; Isabela Cruz, do Paraná; Maria Enilza, de Minas; e Maria do Carmo, de Sergipe. Essas quatro pesquisadoras foram desafiadas pela Conaq a executar esta tarefa.

Já tivemos uma conversa com Givânia para falar sobre o projeto, porque não tinha como tocar na primeira infância sem falar com o coletivo de educação, pois as informações se cruzam. A Givânia indicou Eduardo Januário, que é aqui de SP, para nos ajudar a tabular as informações.

Em 2007, realizamos o I Quilombinho. Preparamos um relatório em que conseguimos recuperar tudo: desde o cartaz até toda a programação, o nome das crianças e seu estado de residência. Depois de realizar este projeto com o Geledés, nossa ideia é realizar o II Quilombinho em 2023, na tentativa de apresentar essas questões da primeira infância, pois são essas crianças que temos dentro das comunidades, dentro dos nossos territórios, para seguir tocando a nossa luta.

Sempre dizemos: quem não conhece, vai continuar sem conhecer ou não vai gostar. Então, nossa ideia é a seguinte: você, que é pai ou mãe, traga o seu filho para a luta. Porque, se eles souberem onde você estava nas 24 horas do dia e por que você não estava no aniversário ou chegou no Natal atrasado, a criança vai aprender a respeitar o movimento. E não a ter raiva ou ciúmes do movimento porque ele divide a atenção da família.

Temos então essas quatro companheiras ajudando nesse processo da pesquisa, que vai resultar em um material muito rico. Estamos tratando de alguns casos especiais.

Por exemplo, temos o Miguel, uma criança de Minas Gerais, do quilombo Carrapatos de Tabatinga. Ele estava com pneumonia, foi internado e saiu do hospital sem a mão esquerda e sem o pé direito. Trocaram a ficha médica. Não se pode falar nada porque a mãe assinou o contrato, e o menino saiu do hospital com menos de um ano aposentado. O hospital fez de tudo para abafar o caso.

Miguel é uma criança inteligentíssima, filho da Débora, sobrinho da Sandra, que é coordenadora da Conaq. O que será para ele a primeira infância? Quais serão os desafios dele? Ele nos contou assim:

— Ah... quando eu era pequenininho, ia no banheiro e não conseguia usar o papel higiênico. Meu braço é um toquinho, não dá...

Ouvíamos aquilo, ele falando em tom de brincadeira. Mas como se dá banho nessa criança?

E como ficam crianças criadas pelos avós, por exemplo? Tem muito disso nas comunidades. Como é essa educação? Como é essa formação?

O que ainda não conseguimos ouvir são os homens sobre a questão da paternidade. Essa é a última etapa que queremos cumprir: ouvir os homens da Conaq, os coordenadores, sobre como é o processo de paternidade.

O fato é que queremos ouvir tudo, pois vivemos uma disputa de narrativas. Ou a gente escreve, ou vai virar pesquisa dos outros. Mas quem vai escrever somos nós.

Faremos uma publicação com os resultados não só da pesquisa, mas da live que Suelaine participou e de todo o processo.

Por fim, quero registrar: nada tenho contra pesquisadores, pelo amor de Deus! Só tenho contra pesquisadores de mau caráter!

As pesquisas são importantes, reconhecemos esse espaço. Mas, plagiando uma fala das mulheres sem-terra:

— Nós não estamos dispersas. Estamos muito atentas.

Agora, as pesquisadoras terão de passar pelo nosso selo de qualidade. Pois nada sobre nós, sem nós!

Givânia Maria da Silva:

Somente vou reafirmar que, quando fazemos este posicionamento com relação à pesquisa, não é para desencorajar as pesquisadoras e os pesquisadores, mas sim encorajá-los. A intenção não é apenas que ingressem na universidade, mas que entrem sabendo que estar na academia não se resume à entrada — é preciso disputar espaços dentro dela. Não devem ter medo.

Por que os nossos meninos e meninas chegam à academia sem saber quem são? O que aconteceu com eles? O que ocorreu antes da academia que os leva a ingressar nela sem essa consciência? A academia tem sua importância, mas devemos pensar no sistema de educação básica. Estamos falando da academia para aqueles que chegam até ela. E os que não chegam? E os que chegam, mas não conseguem sequer seguir adiante?



Apenas uma parcela muito pequena do nosso povo chegará à academia. Precisamos entender o que acontece nessa travessia do ensino fundamental II para o ensino médio, que faz com que os números sejam tão discrepantes. Comparando os dados de 2018 e 2019, poderíamos culpar a pandemia, mas, na verdade, ela apenas reafirmou a miséria que já existia.

Cansei de responder a jornalistas que perguntavam o que a pandemia trouxe para os quilombos. Minha resposta era sempre a mesma: o mesmo que trouxe para o resto do mundo. O que aconteceu nos quilombos? Ora, o povo morreu, o povo foi abandonado, o povo teve de construir o seu próprio modo de vida.

Sobre a disputa de narrativas, há muitas palavras que precisamos ressignificar, reler e reescrever do nosso jeito, atribuindo-lhes um sentido não apenas do dicionário, mas da vida prática — da forma como elas realmente impactam nosso povo.

Atualmente, estou conduzindo uma pesquisa há dois anos, na qual analiso o Censo Escolar do Inep⁶⁶ sobre a questão quilombola. E me deparo com dados alarmantes. Por exemplo: há um número X de escolas no meio rural, mas as que estão nos quilombos são cinco vezes mais desprovidas de qualquer estrutura, como sala de leitura, quadra esportiva, merenda, entre outros recursos essenciais.

Há uma grande evasão na passagem do ensino fundamental II para o ensino médio. Hoje, temos cerca de 306 mil estudantes quilombolas na educação básica e apenas 26 mil no ensino médio. Este ano, vamos avaliar o que aconteceu com esses 26 mil. A que número chegamos?

Ou seja, nossa luta não é apenas por cotas raciais nas universidades. Temos questões estruturais. Por exemplo, menos de 5% dos professores receberam formação adequada. Muitas vezes, contratam um agente formador branco, que ministra duas horas de formação e uma hora e meia de assistência ao currículo. Em meia hora, ele tenta explicar algo que ninguém entende.

Por fim, quero falar sobre a universidade quilombola. A Conaq afirma que somos 6.500 comunidades quilombolas, enquanto o IBGE diz que somos 5.900. Estamos presentes em 30% dos municípios brasileiros e em todos os biomas do país. Essa diversidade impede que coloquemos todos na mesma categoria.

Quilombo é pressão negra feminina. Há um fazer feminino nos quilombos que pode ser compreendido como um feminismo negro quilombola — e pode, sim, ser lido dessa forma.

Mariléa de Almeida:

Na questão do feminismo, estou cada vez mais preocupada com as práticas do que com os nomes e os rótulos. Estive, na semana passada, na cidade de Tiradentes, na Marcha das Mulheres Negras, e me perguntaram o que era o feminismo. Eu não falei nada. Apenas disse que muito do que vocês estão fazendo aqui segue a ética do feminismo de base, que foi construído coletivamente.

Sobre a academia, é inegável que há uma tensão entre a produção acadêmica e sua relação com o movimento social. O que estamos fazendo nesse lugar? Para que serve? Já deveríamos ter aprendido que não estamos indo para a universidade para sermos reconhecidos nos moldes das relações de poder. Se nem Nilton Santos foi, o que vocês acham que estão fazendo lá?

Outro ponto que eu queria tratar é a questão de ser acadêmica. Vejam como essa questão é forte. Estou com 48 anos e comecei a dar aulas aos 18, na educação especial. Dei aula por 22 anos na educação pública, fiz o mestrado enquanto lecionava na educação básica e, depois de três anos e meio de doutorado, me chamam de acadêmica. Percebem como a nossa trajetória é apagada? Há uma tensão que estamos

trazendo aqui: passei dez anos ouvindo o conhecimento das pessoas. E não estava tão claro, com tanta franqueza, o que está sustentando o mal-estar. Acho que essa é a palavra: sustentar o mal-estar.

O fato de eu ser uma mulher negra não me deu um by-pass. Eu me sinto grata e honrada, porque isso me forma. Vejam o exemplo de quando vou à comunidade da Laura. A comunidade definiu que era com ela que eu teria de falar. E ela me diz: "Vou lhe falar a verdade. Não estou dando entrevista para a pesquisadora, mas quero falar sobre esse tema." Quem conhece Laura sabe que ela é uma pessoa forjada na luta e nessas outras nuances.

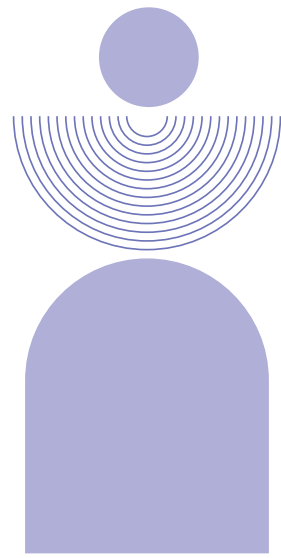
Estou trazendo isso porque, olhando para a minha trajetória, vejo que agora vou disputar um espaço. Eu, com 48 anos, doutoranda, como construo espaços de legitimação? Eu, Ana Flávia, e tantas outras pessoas que estão neste espaço da universidade construiremos esse espaço de legitimação para disputar o lugar.

O que estamos indo lá para fazer? Não é para ser reconhecidas. E não seremos. Sabemos disso.

Últimas considerações...

Esse encontro foi um marco de reflexão sobre o papel fundamental das mulheres negras na luta antirracista e na construção de pontes entre a academia e os movimentos sociais. Mais do que um espaço de diálogo, foi um momento de reafirmação da importância das práticas coletivas, do reconhecimento das trajetórias invisibilizadas e da necessidade de disputar narrativas e espaços de poder. A partir dele, espera-se que novas discussões e práticas concretas sejam impulsionadas, promovendo a valorização das contribuições das mulheres quilombolas e de outros grupos historicamente marginalizados. Fortalecer essa luta não é apenas um compromisso acadêmico ou político, mas um passo essencial para a transformação estrutural da sociedade, garantindo que a diversidade, a ancestralidade e a resistência sejam reconhecidas como pilares fundamentais na construção de um hoje e de um amanhã mais equitativo e digno para todas as pessoas.

Seguimos!



Notas

- 1 O Quilombo São José da Serra é formado por descendentes de [africanos escravizados] que vieram do Congo, da Guiné e principalmente de Angola e moravam nas terras da Fazenda São José da Serra. É o mais antigo quilombo do Estado do Rio, formado por volta de 1850. Localizado em uma área de 476 hectares na Serra da Beleza, após o distrito de Conservatória, ele abriga cerca de 150 quilombolas, que mantêm as tradições africanas. Disponível em: <https://mapadecultura.com.br/manchete/quilombo-sao-jose-da-serra>. Acesso em: 3 mar. 2023.
- 2 O artigo “Quilombos do sul fluminense: história, memória e direito na luta pela titulação de seus territórios”, de autoria de Daniela Yabeta, apresentado no 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015, destaca que: Com relação às comunidades localizadas no sul fluminense, de acordo com o mapeamento já realizado, encontramos doze quilombos: 1) Marambaia (Mangaratiba); 2) Fazenda Santa Isabel e Santa Justina (Mangaratiba); 3) Cabral (Paraty); 4) Campinho da Independência (Paraty); 5) Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis); 6) Alto da Serra (Rio Claro); 7) Santana (Quatis); 8) São José da Serra (Valença); 9) Santa Isabel do Rio Preto (Valença); 10) Manoel Congo (Paty do Alferes); 11) Fazenda São José Pinheiro (Pinheral); 12) Sítio Denon (Vassouras). Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos7/daniela%20yabeta.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2023.
- 3 Em sua dissertação de mestrado, apresentada em 2022, intitulada “Mulheres quilombolas e práticas de empoderamento na luta pela terra: uma análise sob a perspectiva feminista decolonial”, Isadora Golim Campos destaca que: **As mulheres quilombolas assumiram papéis significativos para a manutenção da luta pelos seus territórios desde a época da escravidão até a atualidade. São as guardiãs dos saberes ancestrais que serão repassados de geração em geração. Transcendem a noção do individual, lideram suas comunidades e agem politicamente em favor do reconhecimento de seus territórios, mas suas lutas vão muito além, rompem com a estrutura dominante e buscam meios de combater a violência doméstica, o machismo, racismo e a exploração. Demandam ações públicas do governo para garantir o acesso à educação de qualidade e à saúde nas comunidades, como foi o caso das reivindicações referentes ao Covid-19. As mulheres quilombolas organizaram um coletivo de mulheres, com mobilizações regionais, nacionais e internacionais tendo uma agenda feminina quilombola junto a 97 Organização das Nações Unidas. Organizaram o II Encontro Nacional das Mulheres Quilombolas da Conaq: “Existir para Resistir”, integraram-se ao Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 ligado à ONU Mulheres. Mesmo como relatado em dados, que o fato de as quilombolas assumirem papéis de lideranças tenha trazido mais insegurança e violência para a vida dessas mulheres, ou pelo fato de ainda serem ignoradas em debates teóricos, incluindo algumas teorias feministas, elas continuam engajadas atuando em diferentes contextos para lutar pela vida dos povos quilombolas. Então, o empoderamento oportunizado por esta luta coletiva, ascendem à academia, e as mulheres quilombolas passam a escrever suas próprias histórias e teorias, em um feminismo decolonial brasileiro quilombola sem precedentes.** Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5143/1/IsadoraGolimCampos.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2023.
- 4 O Quilombo Campinho da Independência está localizado entre os povoados de Pedra Azul e Patrimônio, a 20 quilômetros do município de Paraty, na região sul do Rio de Janeiro. É banhado pelo rio Carapitanga e contém cachoeiras e matas pertencentes à Mata Atlântica. A origem do Quilombo Campinho da Independência é muito particular. Todos os moradores são descendentes de três [mulheres escravizadas]: Antonica, Marcelina e Luiza. Segundo as histórias contadas pelos mais velhos, as três [...] possuíam cultura, posses e habitavam a casa-grande. Conta-se também que existiam muitas fazendas no local, inclusive a maior delas: a Fazenda Independência. Após a abolição, os fazendeiros abandonaram suas propriedades e foram depois divididas entre aqueles que ali trabalharam. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Quilombo_do_Campinho_da_Independ%C3%Aancia. Acesso em: 6 mar. 2023.
- 5 Em seu artigo “O quilombo do Bracuí, Angra dos Reis”, publicado em 2022, Martha Abreu (professora titular do Instituto de História da UFF) e Hebe Mattos (professora titular-livre da UFJF) destacam que: “A narrativa mais estruturante da comunidade é a memória coletiva sobre a doação de lotes de terra para os escravizados da antiga fazenda no testamento de José de Souza Breves, de 1878, então proprietário da Santa Rita. A família Souza Breves era proprietária de muitas fazendas e de centenas de escravizados e sempre esteve envolvida com o lucrativo comércio ilegal de africanos.” Após mais de 150 anos de grilagem e expulsão dos reais proprietários das terras, finalmente, “em 2012, obtiveram o reconhecimento da comunidade do Bracuí como Remanescente de Quilombo pela Fundação Palmares. Até hoje, porém, o quilombo do Bracuí ainda não foi titulado.” Disponível em: <https://lehmt.org/lmt109-quilombo-do-bracui-angra-dos-reis-rj-martha-abreu-e-hebe-mattos/>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- 6 Vide nota 3.
- 7 Em sua dissertação de mestrado, “Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do quilombo da Tapera”, Paola Vanessa Gonçalves Dias destaca que: “O Quilombo da Tapera está localizado no bairro de Boa Esperança, em Itaipava, 3º distrito de Petrópolis, RJ, num terreno em aclave, que faz limite com o município de Teresópolis. A comunidade é formada por 58 membros, distribuídos entre 13 famílias ligadas por laços de parentesco, que se reconhecem como grupo, principalmente por sua origem comum: a ascendência a partir do casal formado por 130, Sebastiana Augusta da Silva, herdeira da escrava Isabel, com um homem outsider, José Honório



André." Paola explica o uso do termo "outsider": "O conceito de outsider, aqui utilizado para observar a percepção dos membros da Tapera acerca da penetração de pessoas de fora em seu seio familiar, advém do debate feito por Norbert Elias em sua obra *Os estabelecidos e os outsiders*, que visa a compreender o sentimento de pertença e distinção que delinea a relação entre dois grupos sociais que passam a dividir uma comunidade aparentemente homogênea. O primeiro grupo, o dos estabelecidos, se reconhece e se faz reconhecer como a norma, usando, para isto, o critério da precedência; nomeia e (des)qualifica o outro devido à sua condição de estrangeiro, desconhecedor das normas e dos modos de vida dos estabelecidos, considerando esse outro como um tipo em constante desajuste em relação à norma e fazendo com que este, ao fim, também se perceba como um desviante, pautando seu comportamento e sua relação com a comunidade." Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss388.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2023.

- 8 A própria Rejane, em entrevista dada a Luis Felipe Stevanim, em 2019, apresenta o quilombo Maria Joaquina: **A gente pertencia a um Quilombo só, que era Rasa [em Armação de Búzios/RJ], mas com o novo cadastramento, nossa comunidade passou a pertencer a Cabo Frio. Com isso pedimos o nosso desmembramento e certificação [da Fundação Cultural Palmares]. Maria Joaquina vem com a força das mulheres. A maioria [dos quilombolas] são mulheres que lutam contra o racismo, tem um grande número de mães que criaram seus filhos sem marido. Enquanto os homens estão trabalhando na construção civil, as mulheres estão fazendo luta.** Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/estao-tirando-nosso-direito-de-pertencimento>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- 9 Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- 10 Disponível em: https://www.geledes.org.br/givania-maria-da-silva/?gclid=Cj0KCQiAlKmeBhCkARIsAHy7WVt-1aMjAAle71wsV4TxfMcsUYWAfTihHPHwff4fnkqWCOzPLSRXGkaAiDKEALw_wcB. Acesso em: 9 mar. 2023.
- 11 Doutorado em andamento em Sociologia, Universidade de Brasília, UNB, Brasil (<http://lattes.cnpq.br/5051165750709968>).
- 12 Tereza Maria Spyer Dulci e Mariana Rocha Malheiros, em "Um Giro Decolonial à Metodologia Científica: Apontamentos Epistemológicos para Metodologias desde e para a América Latina", destacam que: **"O pensamento decolonial tem contribuído para pensar a América Latina numa ruptura epistêmica com a retórica da modernidade e a lógica da "colonialidade do poder" e suas derivações. Para a pesquisa que propõe ser decolonial, é preciso pensar não só as bases epistemológicas das teorias em que se baseiam as pesquisas, mas também os métodos em que as mesmas pretendem se elaborar. ... Busca-se pensar a relação entre sujeito e objeto entendendo que o objeto de estudo não pode ser do interesse do/a pesquisador/a – individual, mas deve ser construído no coletivo, com comunidades e povos que as pesquisas visam alcançar. Os objetivos que se pretendem alcançar devem ser comunitários, antes de serem científicos."** Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686/2472>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- 13 Para conhecer mais sobre o conceito de uma pesquisa como um ato de tecer, leia PIRES, D. E. P. Tecendo histórias, construindo saberes: a pesquisa narrativa na educação. *Revista HISTEDBR on-line*, v. 14, n. 59, p. 125-134, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8648577>.
- 14 Em seu artigo "Educação e identidade quilombola: outras abordagens possíveis", Givânia discorre sobre o que pode ser compreendido como alguns fundamentos de uma educação quilombola: **Então, estimular nas crianças quilombolas a compreensão de que a diferença não é a mesma coisa de inferioridade, pode ser uma forma de promover mudanças, no sentido de educação sair dos modelos convencionados que é a busca da leitura e da escrita e das habilidades para o mercado de trabalho e passa a ser uma ferramenta que não está apenas dentro da escola, mas também dentro dela. A busca por uma educação mais inclusiva na comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas e pela própria comunidade definida como educação diferenciada não é feita apenas por aqueles/as que estão diretamente ligados aos espaços escolares (salas de aulas, gestão escolar etc.) e sim por um conjunto maior de pessoas construindo, em um processo de participação ativa, o sentimento de pertença e de busca de autonomia, de liberdade e de mudança real no fazer da escola e com a escola. Esse fazer se ancora na participação da comunidade no processo educacional como um todo. E é por meio da voz da juventude, falando para a comunidade e para eles próprios sobre o poder da organização e da participação, sendo esta talvez uma das colunas que sustentam a proposta de educação em Conceição das Crioulas. Há ... um pertencimento político e cultural à comunidade e as suas lutas sociais envolvidas em defesa dos seus direitos. Há uma percepção de que a educação é um instrumento, que aliado à participação, faz valer alguns direitos que antes ou não existiam ou quando existiam, não havia consciência deles. Ao mesmo tempo uma busca por pertencer ao território e viver com dignidade e participar de suas decisões e destinos.** Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Giv%C3%A2nia-Maria-da-Silva.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

- 15 Para saber mais sobre educação quilombola consulte a dissertação de mestrado de Givânia, disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12533/1/2012_GivaniaMariadaSilva.pdf.
- 16 Disponível em: <https://www.climabrasil.org.br/2021-palestrantes/selma-dealdina>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- 17 Rejane de Oliveira, 47 anos, líder do Quilombo Maria Joaquina, em Cabo Frio, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro. É também representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Leia mais sobre ela em <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/estao-tirando-nosso-direito-de-pertencimento>
- 18 Alexandra Maria Santos Montgomery é diretora de Programas da Anistia Internacional Brasil desde junho de 2020. Atua há mais de quinze anos como advogada e na defesa dos direitos humanos. É mestre em Direito Internacional e atuou como diretora do CEJIL para o Brasil com status na Organização de Estados Americanos e ONU. (Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoa/alexandra-montgomery>)
- 19 Flávia Oliveira é jornalista renomada, colunista do jornal O Globo, comentarista do programa Em Pauta e Jornal das Dez, na Globo News, e da Rádio CBN. Tem suas origens familiares em Cachoeira, cidade do Recôncavo Baiano que guarda histórias de sua mãe, tios e tias, avós e bisavós maternos. Parte das terras da Fazenda Soares, que pertencera a seu bisavô, o negro João de Deus Neves, foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como a Comunidade Remanescente de Quilombo Tabuleiro da Vitória. Para saber mais sobre ela, visite o link https://pt.wikipedia.org/wiki/Fl%C3%A1via_Oliveira. E para saber mais sobre sua própria visão de como foi o encontro aqui relatado por Selma, visite o link <https://www.geledes.org.br/sou-quilombola/>
- 20 Para um relato pormenorizado do 1º Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas consulte a publicação Carta Política do I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas (2014), de autoria da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). (Revista **INSURgência**, Brasília, ano 1, v. 1, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/download/18938/17561/31946>. Acesso em: 21 mar. 2023).
- 21 **A Marcha das Mulheres Negras realizada no dia 18 de novembro de 2015 que colocou em Brasília cerca de 50 mil mulheres de todos os cantos do país, foi resultado dos esforços coletivos das milhões de mulheres negras, que durante três anos e em lugares diferentes do país e do mundo acreditaram na construção de um momento político que revelaria e visibilizaria a luta, a resistência, às denúncias, as angústias e as vozes das 50 milhões de mulheres negras brasileiras. A Marcha foi um Marco para o movimento de mulheres negras brasileiras e o mais importante movimento político no estado brasileiro no ano de 2015. Para a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e suas afiliadas, construir este processo foi de extrema importância para garantir o fortalecimento político da luta das mulheres negras no País.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-book-marcha-das-mulheres-negras/>. A AMNB produziu um e-book sobre a Marcha que pode ser acessado em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>. A Marcha gerou um manifesto que pode ser acessado em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>.
- 22 Os fatos ocorreram na cidade de Cavalcante, no nordeste de Goiás, onde houve violência sexual contra crianças e adolescentes da comunidade quilombola Kalunga. De janeiro a abril de 2015, a Polícia Civil concluiu dez inquéritos de estupro de meninas com até 14 anos. Um deles indiciou o vereador Jorge Cheim (PSD), de 62 anos, por estupro de uma criança de 12 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/goias/noticia/2015/04/comissao-apura-estupros-menores-descendentes-de-quilombolas-em-go.html>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- 23 Doutora em Antropologia Social pela USP, Nilma Lino Gomes tornou-se a primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade pública federal, ao ser nomeada reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em 2013. Em 2 de outubro de 2015 foi nomeada pela presidente Dilma Rousseff para ocupar o novo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, tendo antes ocupado o cargo de Ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Nilma_Lino_Gomes. Acesso em: 23 mar. 2023.
- 24 A Comunidade Quilombola de Tapuio, localizada no município de Queimada Nova, Piauí, é formada por cerca de 30 famílias, descendentes de ex-escravizados que trabalharam nas fazendas de gado da região. Seus antepassados ganharam terras na época da abolição da escravatura no Brasil, em 1888. O território hoje corresponde a uma área de 555 hectares, e é onde a comunidade mantém e atualiza suas tradições. O Quilombo Tapuio possui o certificado de autorreconhecimento emitido pela Fundação Palmares e seu território está em processo de regularização no Incra. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/tapuio.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.



- 25 Possivelmente Alto Alegre. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7391>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- 26 Sirlene Barbosa Corrêa Passold, quilombola, graduada em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (2012). Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015). Mestra em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, pela Universidade de Brasília (CDS/UnB, 2017). Membro da comissão das comunidades quilombolas do Norte de Minas Gerais (COQUI'NORTE), Chefe de Produção do livro **Desapocadas**, projeto aprovado pelo FAC/DF (2018) e doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2493294992817535>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- 27 Maria Diva da Silva Rodrigues, professora quilombola na comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (2003). Especialista em Programação do Ensino de Língua Portuguesa pela (FACHUSC/UPE). Militante do movimento quilombola rural desde o início dos anos 1990, integrou a Comissão que elaborou as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, representando a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ). Mestra pela UnB em Povos e Territórios Tradicionais 2015/2017. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4586999136806989>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- 28 Marcia Juscelino Nascimento (Márcia Crioula), quilombola de Conceição das Crioulas, município de Salgueiro, Pernambuco, professora e mestra em Sustentabilidade junto aos povos e territórios tradicionais. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11952/3/Tese%20-%20Francy%20Eide%20Nunes%20Leal%20-%202021.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- 29 Isabel Cristina Fonseca da Cruz, graduada em Enfermagem pela Universidade Federal Fluminense/UFF (1981), mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (1988) e doutorado em Enfermagem pela Universidade de São Paulo/USP (1993). Especialização em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância/UFF (2010) e Informática na Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN (2022). Desde 1994, é professora titular da UFF onde criou e coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Atividades de Enfermagem (NEPAE) e o Núcleo de Estudos sobre Saúde e Etnia Negra (NESEN). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0996181611327545>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- 30 Vercilene Dias, doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (2019). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás (2016). Diplomada em Estudo Internacional em Litígio Estratégico em Direito Indígena pela Pontifícia Universidade Católica do Peru. Advogada Popular. Quilombola do Quilombo Kalunga. Atualmente coordena a assessoria jurídica da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Eleita em 2022 como uma das 20 mulheres de sucesso no Brasil pela revista Forbes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1137150004213361>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- 31 "Vozes historicamente silenciadas encontram em Mulheres quilombolas espaço para compartilhar saberes a partir de suas perspectivas, como faziam nossos ancestrais reunidos em torno do fogo, no ritual de transmissão e perpetuação de conhecimentos basilares para a comunidade. As autoras trazem para a roda uma diversidade de pautas em geral invisibilizadas na sociedade, contribuindo com suas visões de mundo, seus conhecimentos acadêmicos e suas experiências de vida para abrir novas possibilidades de debate. Assumindo o lugar de guardiãs dos saberes ancestrais, de lideranças políticas, de mulheres racializadas na sociedade, expõem em suas reflexões os muitos atravessamentos que a discussão em torno do que é ser mulher quilombola abarca. Para além da pauta identitária, como protagonistas de suas próprias histórias, as autoras denunciam os muitos percalços enfrentados pela população quilombola – que existe (e resiste) em torno de quatro mil comunidades em quase toda a extensão do Brasil –, lamentavelmente pouco divulgados e discutidos na mídia e em nossos círculos sociais. Uma oportunidade privilegiada de estabelecermos diálogo com uma epistemologia e uma realidade social em geral pouco conhecida, com uma Quiridade ainda invisibilizada. Um livro do Selo Sueli Carneiro, coordenado por Djamilia Ribeiro." Sinopse do livro disponível em: <https://www.livrariadavila.com.br/mulheres-quilombolas--territorios-de-existencias-negras-femininas-726329/p>. As autoras do livro são: Amária Campos de Sousa, Ana Carolina Araújo Fernandes, Ana Cleide da Cruz Vasconcelos, Andreia Nazareno dos Santos, Carlídia Pereira de Almeida, Dalila Reis Martins, Débora Gomes Lima, Gessiane Nazário, Givânia Maria da Silva, Maria Aparecida Mendes, Maria Aparecida Ribeiro de Sousa, Mônica Moraes Borges, Nilce de Pontes Pereira dos Santos, Rejane Maria de Oliveira, Sandra Maria da Silva Andrade, Valéria Pôrto dos Santos, Vercilene Francisco Dias. Para ler partes do livro de forma gratuita, acesse: https://www.google.com.br/books/edition/Mulheres_quilombolas/XnQOEAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1. Acesso em: 23 mar. 2023.
- 32 Para ler partes do livro de forma gratuita, acesse: <https://www.google.com.br/books/edition/>

Mulheres_quilombolas/XnQOEAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1. Acesso em: 23 mar. 2023.

- 33 Djamila Tais Ribeiro dos Santos possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo – campus Guarulhos (2012). Possui mestrado em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo. Tem experiência na área de Filosofia Política, com ênfase em teoria feminista, atuando principalmente nos seguintes temas: relações raciais e de gênero e feminismo. É autora de Lugar de Fala (2017), Quem tem Medo do Feminismo Negro? (2018) e Pequeno Manual Antirracista (2019). É colunista do jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0264546132857519>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- 34 O livro de Givânia Silva, do quilombo Conceição das Crioulas (PE), relata os resultados da pesquisa de sua dissertação de mestrado, na qual a autora analisa a experiência do território quilombola pernambucano para desenvolver uma proposta educacional orientada pelo ponto de vista partilhado pelas comunidades. O itinerário do livro relata o processo de reivindicação, formulação e implementação de uma política pública no campo educacional. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/estante/favoritos/2022/5-livros-para-compreender-a-luta-dos-quilombos>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- 35 Hilda Costa Araújo possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, é quilombola do quilombo Laje dos Negros, Bahia.
- 36 Para saber mais sobre Tia Uíá e o Quilombo da Rasa, acesse: <https://extra.globo.com/noticias/rio/quilombo-no-rio-de-janeiro-chora-morte-de-sua-lider-por-covid-19-24481446.html>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- 37 Aparecida Sueli Carneiro é uma filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro. Sueli Carneiro é fundadora e atual diretora do Instituto da Mulher Negra (GELEDÉS) e considerada uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil.
- 38 Antonia Aparecida Quintão, Presidenta de Geledés Instituto da Mulher Negra desde 23 de abril de 2021. Doutora em História Social pela USP. Coordenadora de Cursos de Educação Continuada do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) da Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- 39 Vide nota 42.
- 40 Ana Flávia Magalhães Pinto é doutora em História (Unicamp), mestra em História (UnB), bacharel em Jornalismo (UniCeub) e licenciada em História (Unip) e professora na Universidade de Brasília. Ela é a primeira docente negra do Departamento de História da UnB. Em março de 2023, assumiu a Direção-Geral do Arquivo Nacional, sendo também a primeira mulher negra a liderar a gestão do órgão na condição de titular.
- 41 Em 2018, chegamos à marca de 130 anos da abolição da escravidão no Brasil. Essa data foi objeto de muitos debates públicos, uma vez que diferentes sujeitos sociais do passado e do presente atribuíram, questionaram e disputaram vários significados. O Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição (GTEP) da Associação Nacional de História (ANPUH), criado em 2013, estando sob a coordenação de Ana Flávia Magalhães Pinto e Eric Brasil, realizou o II Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico. O evento ocorreu entre os dias 15 e 18 de maio de 2018, nas dependências da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. O seminário teve como objetivo discutir as experiências de escravidão e liberdade negras no Brasil e em outros países, indo além das especificidades da experiência nacional brasileira. Estudantes de graduação e pós-graduação, professores/as da Educação Básica e de Ensino Superior e demais pesquisadores/as foram convidados/as a participar e a submeter trabalhos que dialogassem com os sete eixos temáticos propostos: Memória e História Pública da escravidão e da liberdade; Racismo e antirracismo em perspectiva histórica; Intelectualidades e ativismos negros; Trajetórias e práticas de sociabilidade: raça, classe, gênero e sexualidades; Balanço historiográfico do pós-abolição; Políticas públicas de reparação para a escravidão atlântica; e Reeducação das relações étnico-raciais. O evento proporcionou um espaço de reflexão e diálogo sobre os desdobramentos da abolição da escravidão no mundo atlântico, abordando questões como o legado do racismo e a luta antirracista, as políticas de reparação para as vítimas da escravidão, a reeducação das relações étnico-raciais, entre outras. O seminário contou com a presença de renomadas/os pesquisadoras/es e ativistas negras/os, que trouxeram contribuições significativas para o debate. (Disponível em: <https://posabolicao.wixsite.com/iiseminario>. Acesso em: 4 abr. 2023)



- 42 O jongo é uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia. E praticado nos quintais das periferias urbanas e de algumas comunidades rurais do Sudeste brasileiro. Acontece nas festas dos santos católicos e divindades afro-brasileiras e até mesmo nas festas juninas, do Divino Espírito Santo, no Dia da Abolição da Escravatura. O jongo é uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e afirmação de identidades. Tem suas raízes nos saberes, ritos e crenças nas práticas socioculturais africanas, principalmente de grupos com pertencimento etnolinguístico bantu, localizados na África subsaariana. São sugestivos dessas origens o profundo respeito aos ancestrais, a valorização dos enigmas cantados e o elemento coreográfico da umbigada. No Brasil “o jongo consolidou-se entre os [escravizados] que trabalhavam nas lavouras de café e cana-de-açúcar, no Sudeste brasileiro, principalmente no vale do rio Paraíba. Nos tempos da escravidão, a poesia metafórica do jongo permitiu que os praticantes da dança se comunicassem por meio de pontos que os capatazes e senhores não conseguiam compreender. Sempre estive em uma dimensão marginal onde os negros falam de si, de sua unidade, através da crônica e da linguagem cifrada”. (Conforme argumento apresentado em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Jongo_patrimonio_imaterial_brasileiro.pdf. Acesso em: 4 abr. 2023)
- 43 Luiza Bairros, vide <https://www.geledes.org.br/perfis-femininos-luiza-bairros/>.
- 44 Lelia Gonzales, vide <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1935-nascia-lelia-gonzalez/>.
- 45 Frantz Fanon, vide <https://www.buala.org/pt/autor/frantz-fanon>.
- 46 A cambonagem, ou o ato de cambonar, é uma das principais e mais complexas “funções” na Umbanda. No trabalho de cambonagem, o cambono recebe influências diversas das vibrações dos médiuns e consulentes. Além disso, ele aprende a diferenciar as entidades, observando o que usam, como fumo, bebidas, a forma de falar, o processo de incorporação e desincorporação, e os materiais que manipulam para auxiliar a consulta. O cambono também aprende sobre o sigilo, pois tudo o que é ouvido durante uma consulta não pode nem deve ser repassado. Esse compromisso funciona como um sigilo profissional e, no aspecto espiritual, pode ser entendido como um sigilo sagrado.
- 47 ¶¶ Laura Maria dos Santos, vide <https://desacato.info/a-cultura-e-onde-o-povo-preto-se-refaz-diz-laura-santos-mestra-de-jongo/>
- 48 Conheça o trabalho de Silvane Silva, Existe solidão na luta: o protagonismo das mulheres quilombolas na busca por direitos (WSQ: Women’s Studies Quarterly, The Feminist Press, v. 49, Fall/Winter 2021, p. 209-224), onde ela “destaca o protagonismo político das mulheres nas lutas pela manutenção dos seus modos de vida, por meio da conquista da titulação das terras e do acesso a direitos sociais básicos, nas comunidades quilombolas do Estado de São Paulo. Busca enfatizar que o protagonismo dessas mulheres produz uma nova narrativa da história quilombola contemporânea ao promover uma luta com especificidades próprias. Considerando ao mesmo tempo que, nesse contexto de luta, também existe solidão, fragilidades e diversos desafios relacionados às relações de gênero que são enfrentados por essas lideranças quilombolas.” (Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/835954/pdf>. Acesso em: 4 abr. 2023)
- 49 ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios quilombolas: geografias, cartografias & conflitos institucionais. Revista Eixo, Brasília, v. 6, n. 2 (Especial), nov. 2017. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/513>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- 50 “O termo Griô é universalizante, porque ele é um abasileiramento do termo Griot, que por sua vez define um arcabouço imenso do universo da tradição oral africana. É uma corruptela da palavra “Creole”, ou seja, Crioulo a língua geral dos negros na diáspora africana. Foi uma recriação do termo gritadores, reinventado pelos portugueses quando viam os griôs gritando em praça pública. Foi utilizado pelos estudantes afrodescendentes que estudavam na língua francesa para sintetizar milhares de definições que abarca. O termo griô tem origem nos músicos, genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, bibliotecas vivas de todas as histórias, os saberes e fazeres da tradição, sábios da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade, onde o livro não tem papel social prioritário, e guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país.” (Disponível em: <http://www.leigrionacional.org.br/o-que-e-griol/>)
- 51 52 PASSOLD, Sirlene Barbosa Correa. Desapocadas: concepções de beleza e conhecimentos tradicionais de mulheres quilombolas do Puris/MG. 2017. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31151/1/2017_SirleneBarbosaCorr%3%aaaPassold.pdf
- 52 “O processo educacional no Território Quilombola de Conceição das Crioulas possui uma

dinâmica que se diferencia das formalidades impostas pelo sistema de educação. Nesse processo, as práticas educativas acontecem de diversas formas e em vários espaços, o que significa dizer que elas acontecem também fora das salas de aulas e que os valores, as crenças, os conhecimentos e as histórias espalhadas pelo território têm significados muito importantes para essa população. Os espaços outros de educação, a que nos referimos, são aqueles do dia a dia do povo da comunidade: os terreiros das casas, as bonecas de caroá, os sítios arqueológicos, a banda de pífano, o trancilim, as celebrações religiosas, os mutirões, os açudes, as roças, as oficinas de artesanato, as reuniões, os encontros, as assembleias das associações de agricultores e agricultoras, ou seja, são aqueles em que as sabedorias são compartilhadas e vivenciadas por crianças, jovens, e adultos numa ação inerente e do cotidiano comum. São espaços de discussões, de tomadas de decisões e de encaminhamentos.” (Extraído de: OLIVEIRA, Cécilia Marcelina de; SILVA, Cleide Maria da; SANTOS, Paulo Inácio dos; SANTOS, Pedro Fernando dos. Educação de espaços outros: história e concepções quilombolas. Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, v. 4, n. 6, p. 9-26, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/3385/2221>. Acesso em: 25 maio 2023).

- 53 “Os sambas do tempo antigo e de São Benedito, assim como o jongo, são práticas culturais herdadas e ensinadas entre gerações de integrantes das famílias de jongueiros, negros e quilombolas desde o tempo em que regia a escravidão. De acordo com as narrativas dos jongueiros velhos (expressão dos próprios jongueiros para praticantes mais velhos), após os dias de trabalho intenso nas lavouras, nos embarreiros das casas de pau-a-pique e na fabricação de farinha nos quitungos (casa de produção de farinhas), seus antepassados se encontravam à noite nestas casas, barracões, terreiros e matas para momentos de diversão e de espiritualidade.” (Extraído de: SIQUEIRA, Jane Seviriano; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. O jongo de São Benedito e o samba do tempo antigo: uma análise das narrativas dos jongueiros da região norte do Espírito Santo. Sinais, Vitória, n. 22/1, jan-jun 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/19111/13923>. Acesso em: 25 maio 2023)
- 54 A Lei 10.639 é uma lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Também estabelece o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no calendário escolar. Foi promulgada em 9 de janeiro de 2003. Em uma pesquisa realizada por Geledés – Instituto da Mulher Negra e Instituto Alana, observou-se que há uma baixíssima adesão qualificada à lei por parte do sistema público de educação. Para conhecer a pesquisa, visite: <https://www.geledes.org.br/pesquisa-inedita-mostra-engajamento-das-secretarias-de-educacao-com-aplicacao-da-lei-10-639/>.
- 55 O Movimento Negro Unificado (MNU) é um grupo de ativismo político, cultural e social de relevante trajetória no âmbito do movimento negro no Brasil. Fundado no ano de 1978 em São Paulo, o MNU lutou pela autoafirmação cultural e o incentivo à cultura de matriz africana, contribuindo para um novo grau de amadurecimento no movimento negro e um renascimento da cultura negra. (Conforme RODRIGUES, Bruno de Oliveira; REZENDE, Tayra Fonseca; NUNES, Tiago de Garcia. Movimento Negro e a pauta quilombola no Constituinte: ação, estratégia e repertório. Revista Direito e Práxis. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/jjrdp/a/gd6QVXVsV3KY8kFSr3KJWjg/?lang=pt>.
- 56 O termo é usado para destacar a herança cultural e histórica destas comunidades e para reconhecer seu papel na resistência contra a opressão e a escravidão. (Cf. Chat GPT consultado em 6/02/2023)
- 57 SILVA, Silvane Aparecida da. O protagonismo das mulheres quilombolas na luta por direitos em comunidades do Estado de São Paulo (1988-2018). 2019. 151 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22324>. Acesso em: 31 maio 2023. A terra indígena de Ribeirão Silveira compreende o povo indígena Guarani Mbya; Tupi-Guarani (Ñandeva) e tem uma população de 418 pessoas (SESAI, 2020) e está situada entre os municípios de São Sebastião, Bertioga e Salesópolis, SP. (Disponível em: <https://cpisp.org.br/ribeirao-silveira/>. Acesso em: 31 maio 2023)
- 58 A terra indígena de Ribeirão Silveira compreende o povo indígena Guarani Mbya; Tupi-Guarani (Ñandeva) e tem uma população de 418 pessoas (SESAI, 2020) e está situada entre os municípios de São Sebastião, Bertioga e Salesópolis, SP. (Disponível em: <https://cpisp.org.br/ribeirao-silveira/>. Acesso em: 31 maio 2023)
- 59 Para conhecer mais sobre as diretrizes vide: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192 e também http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=191141-pceb003-21&category_slug=junho-2021-pdf&Itemid=30192
- 60 Para saber mais sobre a escola, vide SILVA, Elson Alves da. A educação diferenciada para o fortalecimento da identidade quilombola: estudo nas comunidades remanescentes de quilombos do



Vale do Ribeira. 2011. 127 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Nesta pesquisa, Silva discorre sobre o processo de “Educação Diferenciada na Escola Estadual Quilombola E.E.Maria Antonia Chules Princesa localizada no Vale do Ribeira município de Eldorado-SP. A escola atende a uma população de aproximadamente 420 alunos distribuídos entre Educação Infantil, Fundamental e Médio que vivem em seis comunidades quilombolas ao seu redor. A Escola foi fundada em 2004 e é uma conquista dos Quilombos de Ivaporunduva, São Pedro, Galvão, Nhungura, Sapatú e André Lopes comunidade onde está sediada a Escola.” Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/10305?mode=full>. Acesso em: 31 maio 2023.

- 61 Apesar da importância na educação rural, os recursos pagos para custear o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) nos anos de governo Jair Bolsonaro (PL) somaram R\$ 7,3 milhões, de 2019 a 2022, com queda real, já considerada a inflação, de 83,3%, ante os quatro anos anteriores. [...] O Pronera foi criado em em 1998, buscando atender moradores de assentamentos que foram criados ou reconhecidos pelo Inbra, comunidades quilombolas e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Em mais de duas décadas, mais de 190 mil jovens e adultos passaram pelo programa e, em 2021, o governo estimava que 1.741 alunos eram beneficiados. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/programa-de-educacao-para-assentados-e- quilombolas-quase-some-sob-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- 62 A Marcha das Margaridas é uma manifestação realizada desde 2000 por mulheres trabalhadoras rurais do Brasil. A ação é organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e acontece em Brasília, sempre no dia 12 de agosto. A data escolhida lembra a morte da trabalhadora rural e líder sindicalista Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 quando lutava pelos direitos dos trabalhadores na Paraíba. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_das_Margaridas. Acesso em: 21 jun. 2023.
- 63 Epistemicídio é um termo criado pelo sociólogo e estudioso das epistemologias do Sul Global, Boaventura de Sousa Santos, para explicar o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo “saber” ocidental. Esse processo é fruto de uma estrutura social fundada no colonialismo europeu e no contexto de dominação imperialista da Europa sobre esses povos. Para Alan Alves Brito, professor no Instituto de Física e pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e Africanos, as estruturas opressoras formadas pela colonização do pensamento exterminam os corpos de pensamento africanos. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/epistemicidio-e-o-apagamento-estrutural-do-conhecimento-africano/#:~:text=Epistemic%C3%ADdio%20%C3%A9%20um%20termo%20criado,assimiladas%20pelo%20'saber'%20ocidental>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- 64 Historiadora, mestra em História Social. Pesquisadora na área de raça, gênero e percurso da legislação de criminalização do racismo no Brasil. Coordena o Centro de Documentação e Memória Institucional de Geledés. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/suelen-girotte-do-prado-a3847b144/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- 65 Gloria Jean Watkins (1952-2021) mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks (escrito em minúsculas) foi uma autora, professora, teórica feminista, artista e ativista antirracista estadunidense. hooks publicou mais de trinta livros e numerosos artigos acadêmicos, apareceu em vários filmes e documentários, e participou de várias palestras públicas. Sua obra incide principalmente sobre a interseccionalidade de raça, capitalismo e gênero, e aquilo que hooks descreve como a capacidade destes para produzir e perpetuar sistemas de opressão e dominação de classe. hooks teve uma perspectiva pós-moderna e foi influenciada pela pedagogia crítica de Paulo Freire. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bell_hooks. Acesso em: 21 jun. 2023.
- 66 O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira. É coordenado pelo Inep e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. A pesquisa estatística abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica e profissional. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 21 jun. 2023.

